



## A formação do pedagogo e as diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia

Renata Neves dos Santos Almeida<sup>1</sup>  
Ana Sueli Teixeira de Pinho<sup>2</sup>

Este projeto de pesquisa tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de iniciação científica, financiada pelo CNPQ, desenvolvida durante o processo de implementação do Projeto do Curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador. O processo fundamentou-se numa concepção de avaliação formativa e contou com a participação dos sujeitos beneficiados com a nova proposta – professores e estudantes –, de modo que todos pudessem se tornar protagonistas desta construção. A proposta de reformulação do PPC adotou uma concepção democrática e de planejamento participativo e durante o processo professores e estudantes, coordenado pelos professores do Núcleo Docente Estruturante – NDE, foram escutados a partir da aplicação de questionários, com questões capazes de apontar os problemas do currículo vigente e ao mesmo tempo apontar perspectivas para o futuro. Os questionários tiveram seus dados tabulados e sistematizados e seus resultados foram transformados em gráficos que hoje integram o documento do PPC. As referências teóricas principais de todo o processo foram: a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e demais dispositivos legais. Além dessa escuta, o trabalho de pesquisa desenvolvido estabeleceu relação entre as duas versões de PPC, percebendo aspectos que precisavam ser mantidos e aqueles que exigiam mudanças apontadas pela comunidade acadêmica e pelo cenário de educação contemporâneo; confrontou os conhecimentos exigidos no ENADE com os componentes curriculares propostos na nova matriz curricular. A pesquisa foi muito importante para compreender os desafios atuais para o curso de pedagogia, bem como proporcionou uma maior compreensão do campo de atuação do pedagogo.

**Palavras-chave:** Pedagogia; Reforma curricular; Formação do pedagogo.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq

<sup>2</sup> Doutora em Educação e Contemporaneidade (UNEB), professora da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## **A função socioambiental do IPTU ecológico de Salvador na perspectiva da extrafiscalidade tributária**

Miriã Marques da Silva Araújo<sup>1</sup>  
André Alves Portella<sup>2</sup>

A relação direta com o fenômeno da extrafiscalidade tributária se apresenta no IPTU Ecológico como mecanismo viabilizador de interesses socioambientais que ultrapassam a noção da arrecadação em função estritamente financeira. Passa-se a vislumbrar através do tributo, finalidades estratégicas na atuação do contribuinte do IPTU Ecológico com o intuito de preservação ambiental. A implantação do IPTU ecológico no Município de Salvador, frente à vigência da Lei Municipal 8.474/2013 vislumbra teleologicamente a efetivação da função socioambiental do tributo. A problemática se encontra em contextualizar os critérios de implementação do IPTU Ecológico Soteropolitano com a função socioambiental do tributo, ao passo em que aborda o papel da sua extrafiscalidade como intervenção municipal configuradora do espaço urbano. Objetiva-se assim com o presente artigo traçar uma análise sobre os critérios planejados de implementação do incentivo fiscal no Município, sob a perspectiva da sua função socioambiental. O marco teórico apresenta-se a partir da extrafiscalidade ambientalmente orientada, O método de abordagem, indutivo, através da pesquisa teórica e avaliação, procedimento de coleta de dados e análise documental.

Palavras-Chave: IPTU Ecológico. Extrafiscalidade. Tributos Ecológicos.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Direito Financeiro e Tributário (Universidade Complutense de Madrid), professor dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



## **A implantação do ICMS ecológico no Estado da Bahia e suas perspectivas no tocante a ecotributação e a extrafiscalidade tributária**

Emanuela de Jesus Santos<sup>1</sup>  
André Alves Portella<sup>2</sup>

A expansão da população aliada ao desenvolvimento da economia na Bahia constitui um dos fatores primordiais de degradação intensiva do meio ambiente dentro desse Estado. Não obstante, o presente artigo tem o condão de apresentar um conjunto de estratégias e benefícios que figura a instituição do ICMS Ecológico no Estado da Bahia. Muitos Estados brasileiros implementaram o ICMS Ecológico como forma de política pública de combate a devastação ambiental em sua localidade. A Bahia, apesar de ser um dos primeiros Estados a debater o tema, ainda não adotou essa espécie de política pública, que pode trazer importantes benefícios ambientais aos municípios baianos, se adotado. O ICMS Ecológico foi instituído com o propósito de compensar os governos municipais de potenciais perdas na arrecadação tributária e potencializar a sustentabilidade. Apesar do Estado da Bahia sofrer graves problemas de natureza ambiental e operacional, ainda não adotou o ICMS Ecológico que é forma de tributar pertencente à seara da extrafiscalidade tributária. À vista disso, a instituição do ICMS Ecológico no Estado da Bahia traduz a efetivação da função socioambiental do tributo. Objetiva-se assim com o presente artigo compreender com mais profundidade o tributo do ICMS Ecológico em comunhão com políticas extrafiscais de combate a degradação ambiental e o incentivo ao crescimento da economia dentro do Estado. O marco teórico se apresenta a partir da extrafiscalidade ambientalmente orientada. O método de abordagem, indutivo, através da pesquisa teórica e avaliação, procedimento de coleta e análise documental e de bibliografia.

**Palavras-Chave:** ICMS Ecológico; Ecotributação; Extrafiscalidade; Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Doutor em Direito Financeiro e Tributário (Universidade Complutense de Madrid), professor dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

## A importância da composição da avifauna para a conservação de duas formações vegetais distintas no Estado da Bahia

Eric Jó Moura Lopes<sup>1</sup>

Anderson Abbehusen Freire de Carvalho<sup>2</sup>

Nathália Diniz<sup>3</sup>

O Brasil, devido a sua extensão territorial e a grande variedade de formações vegetais existentes, possui umas das maiores biodiversidades do planeta. Porém, a mesma vem sofrendo constantes ameaças devido à intensa atividade antrópica. Desta forma, o estudo da biodiversidade, mesmo que de forma superficial, pode ser uma importante ferramenta para a avaliação do status de conservação dessas formações vegetais. Sendo assim, os inventários rápidos de fauna podem ser utilizados com esse propósito, pois os dados gerados podem servir como base para a tomada de decisões que busquem a elaboração de uma estratégia para a conservação de formações vegetais ameaçadas. A comunidade de aves, devido a sua dinâmica e as suas exigências ecológicas, é bem utilizada como indicador das mudanças ambientais, já que são sensíveis as mudanças na paisagem do ambiente. Neste sentido, foram realizados dois inventários rápidos da avifauna em duas formações vegetais distintas no Estado da Bahia: Barra de Itariri no município de Conde, no Litoral Norte do Estado, e na Reserva Adília Paraguaçu no município de Mucugê, na Chapada Diamantina/BA. A primeira área é composta por restinga arbustiva / arbórea e a segunda em formações que variaram entre mata ciliar e campo rupestre, passado por campos sujos. Em ambas as áreas as espécies de aves foram levantadas através de captura com rede de neblina (RN), pontos amostrais fixo (PF) e visual (PV), além de encontros ocasionais (EO). Para distribuição dos pontos foi feito transecto linear de 400 metros com os PF distribuídos a cada 50m. Com o auxílio de um cronômetro foi contabilizado o tempo de 30min. em cada ponto. As redes foram armadas aleatoriamente em dois turnos, matutino e vespertino. Foram identificados 49 Espécies de aves distribuídas em 16 Ordens e 16 Famílias. As famílias mais ricas foram a Thraupidae (9 espécies), Trochilidae (4 espécies). Em Mucugê foram identificadas um total de 29 Espécies, onde 3 espécies são migratórias (*Patagioenas picazuro*; *Tyrannus*

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Mestre em Ecologia e Biomonitoramento (UFBA), professor da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Professora da Universidade Católica do Salvador, integrante do Centro de Ecologia e Conservação Animal (Ecoa). Coorientadora.



*savana* e *Tyrannus melancholicus*), e 3 espécies são endêmicas do Brasil (*Augastes lumachella*; *Compsothraupis loricata* e *Eupsittula cactorum*), atribuindo maior destaque ao registro de *Augastes lumachella*, ave considerada em perigo pelo Ministério do Meio Ambiente e com endemismo restrito ao Cerrado baiano. Em Barra de Itariri, foram identificadas 26 espécies, sendo que 5 são migratórias (*Ardea alba*; *Arundinicola leucocephala*; *Egretta thula*; *Stelgidopteryx ruficollis*; *Tyrannus melancholicus*), e 1 (*Icterus jamacaii*) ocorre exclusivamente no Brasil. Este trabalho disponibiliza informações de 1 ano de amostragem, contribuindo assim para a consolidação de um banco de dados da avifauna do Estado da Bahia.

Palavras-chaves: Conservação; Aves; Formações prioritárias; Inventário.



## A influência da família na criação de um sujeito não reflexivo

Danilo Miranda Ribeiro<sup>1</sup>  
Jose Euclimar Xavier de Menezes<sup>2</sup>

Este projeto tem por pretensão demonstrar a atuação da família como um instrumento fundamental para a manutenção das regras construídas na sociedade, partindo do pressuposto de que o homem, enquanto ser desejante, busca a consagração social, o que justifica a educação e o direcionamento dos seus desejos pela família, que domestica o filho, adequando-o às normas sociais, ainda que de maneira imperceptível. Educando o filho no campo dos sentidos e criando reações estímulo-resposta, a família acaba por criar um sujeito que não é hábil em refletir, em pensar de forma diferente ou de forma a criticar o que está posto. A grande questão da manutenção das regras reside no fato de que posteriormente o filho, enquanto dominado, se tornará dominante, quando adulto, já que poderá influenciar de maneira mais relevante o curso da sociedade, porém este adulto é um sujeito que facilmente se deixará instruir, já que sofreu um grande processo de docilização, quando mais novo. Dessa forma, busca-se entender a família como uma forma de facilitar a tutela sobre o indivíduo, o que transcende à presença da mesma, pois muitas outras instituições se valem do processo educativo para manter o status quo e diminuir o número de agentes que tendam à subversão do que está posto.

**Palavras-chave:** Família; Processo educativo; Docilização.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica (FAPESB).  
e-mail: danilo25br@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia (Universidade Estadual de Campinas) e Pós-doutor (Pontificia Università Lateranense/Roma), professor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade da Universidade Católica do Salvador. Orientadpr.



## **A legislação e o homem negro junto ao elo com crianças e adolescentes na comunidade**

Arnaldo de Santana Silva<sup>1</sup>  
Michel Perreault<sup>2</sup>

Na presente pesquisa, voltamos a estudar a relação entre a legislação pátria e o conceito de paternidade, especialmente, dentre a população negra, correlacionando esta realidade com a situação de vulnerabilidade dessa juventude.

Há que se destacar que a visão de família e, conseqüentemente, de paternidade, são distintos entre a população de raça branca e negra: enquanto a família branca formou-se em torno da figura do patriarca, representado pelo homem branco, rico, autoritário e provedor de sua família, o mesmo não aconteceu com a família negra, que tinha a figura central na mulher, desprovida de qualquer posse e, sempre, subjugada por conta de sua situação social e cor.

Já nos advertiu Sigmund Freud, no âmbito da psicanálise, sobre a importância da figura paterna na formação do indivíduo. Por conseqüente, esta preocupação freudiana tem sido estudada pela psicologia social, da qual se valeu esse bolsista para deduzir as suas conclusões.

É importante concluir que nossa legislação não se preocupou, em qualquer momento, com a figura do pai entre a população negra: no "Code Noir", editado para as Colônias Francesas, por Luis XIV, era vedada a venda da família sem o pai; aqui, a Lei do Ventre Livre, editada muito posteriormente, apenas vedava a venda em separado da mãe de seus filhos.

Outrossim, o nosso Código Civil em 1916 ao atribuir a chefia da família ao homem, desconsiderou a realidade da população negra e acentuou no âmbito legislativo, o distanciamento do homem negro – que nada possuía – de sua prole.

Demais disso, em pleno Século XX, a legislação do "Bolsa Família" valoriza a mulher – e não o homem, alimentando, ainda mais, a diferença de gênero.

Já foi denunciado por Florestan Fernandes, na década de 40 do século passado, e mais recentemente nos trabalhos de Gary T. Barker, tendo entrevistados diversos jovens pais, que diante dessa dualidade entre o padrão matriarcal – também fomentado em lei – e a realidade matriarcal, o homem negro não se reconhece como uma figura importante no âmbito familiar. Por conseqüente, não raro, afasta-se do núcleo familiar e descamba

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia da Saúde (Universidade do Québec), professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



para um processo de marginalização, inclusive, com a prática de atos de violência. Efetivamente, ainda que ausentes dados estatísticos sobre essa realidade, podemos concluir que o papel do pai e sua relação com seus filhos ainda é pouco estudada; porém, com base nas pesquisas bibliográficas que realizamos, podemos concluir que a ausência desse elo constitui-se em uma determinante da situação de vulnerabilidade da população negra.



## **A mulher vítima da violência conjugal: os desafios da subjetividade à tutela do Direito.**

Carolina Teixeira Ramos<sup>1</sup>  
Miriã Alves Ramos de Alcantara<sup>2</sup>  
Ana Cecília de Souza Bittencourt Bastos<sup>3</sup>

Com base na constatação de que há uma alta frequência de recusa ou desistência da mulher vítima de violência conjugal em utilizar os recursos legais para defesa da própria integridade diante do cônjuge agressor optou-se, nesse estudo, por analisar os sentimentos e expectativas vividos por essas mulheres. Inicialmente foram revisados os estudos nacionais acerca desse tema acessados mediante os descritores “sentimentos; vítima; violência conjugal”, disponíveis nas bases de periódicos da CAPES e de teses e dissertações IBICT, publicados entre 2002 e 2015. Em seguida, realizou-se um estudo empírico a partir de entrevistas com duas mulheres de diferentes idades e classes socioeducacionais com o objetivo de entender o sentimento das mesmas e as atitudes tomadas frente à Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Dentre outros aspectos referentes às singularidades das histórias de vida, a análise dos discursos das mulheres agredidas pelos parceiros íntimos demonstra que o conhecimento dos artifícios legais que caracterizam e punem a violência conjugal não é o fator determinante para o oferecimento de uma denúncia contra o cônjuge e enquadramento deste na Lei Maria da Penha, desenvolvida com esta finalidade. É necessária, além da compreensão do meio legal, a análise das circunstâncias da vida da vítima para uma tomada de atitude, pois algumas mulheres preferem se manter em relacionamentos violentos a viver sob a tutela do direito.

**Palavras chave:** Violência conjugal; Violência contra a mulher; Lei Maria da Penha.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Pública (UFBA), Coordenou o Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (2013-2014), professora colaboradora da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia (UFB), professora do Programa de Pós-graduação em em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## **A participação do pai negro: do pré-natal ao nascimento (The participation of black father: from prenatal to birth)**

Diana Almeida Santos<sup>1</sup>  
Rosane Santiago Alves da Silva<sup>2</sup>  
Michel Perreault<sup>3</sup>

Este estudo tem como objetivo descrever e analisar, a partir de um apanhado histórico e social, os fatores que determinam a ausência do pai desde a gestação até o nascimento do filho, se for o caso, bem como compreender o impacto desta ausência no exercício da cidadania dos homens negros. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na literatura através de consulta a artigos científicos selecionados através de busca na PUBMED, SCIELO, BDEF, LILACS, MEDLINE, entre 1991 e 2014. Os estudos encontrados apontaram principalmente, que não há estudos que delimitem a participação do pai negro no pré-natal. Este estudo evidenciou que a participação do pai no pré-natal está sendo cada vez mais incentivada, porém, os pais ainda carecem de informações e essa falta de referência e falta de recursos físicos e humanos dificulta a garantia de um atendimento de qualidade aos usuários, além de provocar insatisfação dos profissionais dos pais.

**Palavras-chaves:** Pré-Natal., Negro, Pai.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – CNPq. Autora. Email: diana.alsan@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – CNPq. Coautora. email: enfa.rosane@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia da Saúde (Montreal, Canadá), professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

## **A participação social de usuários e familiares na efetivação da reforma psiquiátrica no Nordeste do Brasil – projeto avaliar CAPS Nordeste**

Italuã Martins Oliveira<sup>1</sup>  
Ana Maria Fernandes Pitta<sup>2</sup>

O processo de Reforma Psiquiátrica é um projeto de horizonte democrático e participativo. São protagonistas deste processo os gestores do SUS, os trabalhadores em saúde, e principalmente os usuários e os familiares dos CAPS e de outros serviços substitutivos. Trata-se de um protagonismo insubstituível. O processo da Reforma Psiquiátrica, e mesmo o processo de consolidação do SUS, somente é exequível a partir da participação ativa de trabalhadores, usuários e familiares na construção dos modos de tratar e nos fóruns de negociação e deliberação do SUS (conselhos gestores de unidades, conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, conferências). O objetivo deste estudo é descrever/investigar a participação dos usuários e familiares nos CAPS dos estados Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório efetuado em quatro etapas: 1) levantamento de informações na literatura científica nacional sobre a implantação dos CAPS; 2) análise documental sobre os CAPS, incluindo publicações e portarias do Ministério da Saúde 3) seleção dos dados epidemiológicos do PROJETO AVALIAR CAPS NORDESTE 4) Descrição e análise crítica dos achados. Foram aplicados questionários AVALIAR CAPS, com vinte e cinco pacientes de cinco CAPS dos estados Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. As respostas foram agrupadas em quatro categorias, 1.reivindicações/solicitações para o CAPS, 2.resposta para as reivindicações/solicitações, 3.participação em assembleias e 4.participação de atividades extra-CAPS. Entre os resultados mais relevantes temos, a maior parte dos usuários dos estados de Alagoas, Bahia e Paraíba não fazem reivindicações ou solicitações para o CAPS e nos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco não ocorrem reivindicações por parte dos familiares. Em relação a participação em assembleias no CAPS os estados de Alagoas e Bahia tiveram a maior parte de usuários que não participam das assembleias e no estado da Paraíba houve uma maioria de familiares que participam das assembleias das unidades. Em relação à participação de usuários em atividades, promovidas fora do serviço, em todos os estados houve uma grande

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB - E-mail: juli-bio@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Medicina Preventiva, (FMUSP), professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Coordenadora técnica do Projeto AVALIAR CAPS NORDESTE. Orientadora.



integração dos usuários nessas atividades e a maior parte dos familiares não participa de atividades fora do CAPS. É relevante a constatação que a participação dos usuários e familiares no cotidiano do serviço CAPS, por meio de reivindicar e solicitar, participar em assembleia, participar de atividades representando o serviço, não são estratégias comuns a todos os estados. A participação poderia acontecer através de ações de aproximação promovidas pela equipe do CAPS com a comunidade, usuários e familiares, garantindo assim, um horizonte democrático e participativo.

**Palavras-chave:** reforma psiquiátrica; participação social; serviço de saúde mental.



## A paternidade nas políticas públicas brasileiras

Bruno Santos Cerqueira<sup>1</sup>  
Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>2</sup>

O presente estudo visou realizar o levantamento das políticas públicas brasileiras que estão relacionadas à paternidade. O método utilizado nesta pesquisa foi a análise documental. Foram encontradas cinco políticas públicas brasileiras atuais que abordam diretamente o exercício da paternidade. Foram elas: (a) Licença Paternidade; (b) Licença Adotante; (c) Lei do Acompanhante; (d) Estatuto da Criança e do Adolescente, e (e) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. O estudo apontou como resultado que a paternidade é pouco referenciada nas leis e políticas públicas analisadas e, em consulta aos projetos de lei encontrados, a justificativa das mesmas apresentavam argumentos distanciados de um debate e reflexão amplos, assim como do ponto de vista científico. As políticas públicas direcionadas à paternidade e o seu exercício são escassas no cenário brasileiro. Se comparadas com as presentes nos países nórdicos que possuem licenças de até doze meses, expressa distanciamento e raso debate na esfera pública, assim como em relação ao próprio homem e sua saúde. Esta situação reflete as políticas existentes e mínimas em seus efeitos. Porém, como já mencionado, o reconhecimento do tema paternidade como de extrema importância para a família, seus vários núcleos e aspectos, e a saúde do homem, que envolve seus direitos sexuais e reprodutivos, ganham destaque pouco a pouco nas vozes de movimentos sociais diversos e parlamentares. Assim, conclui-se que a paternidade precisa ser exercitada como direito pleno com vistas a contribuir para uma saudável dinâmica familiar e paterna. Suas interfaces trazem benefícios e são comprovadamente o quesito que falta ser atendido para sua promoção na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Paternidade; Políticas Públicas; Família.

<sup>1</sup> Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq. E-mail: bruno.scerqueira.bc@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia (USP), coordenadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora. e-mail: [lucia.moreira@ucsal.br](mailto:lucia.moreira@ucsal.br)



## A paternidade no ordenamento jurídico brasileiro

Gabriel Carvalho Manzini<sup>1</sup>  
Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>2</sup>

O presente estudo visa analisar a paternidade no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto foi utilizado como método a análise documental. Foram analisados os seguintes documentos que integram o ordenamento jurídico brasileiro: a Constituição Federal de 1988; Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que trata do Código Civil dos Estados Unidos do Brasil; Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar; Lei n.º 10406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil e Lei n.º 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que trata da guarda compartilhada. A partir de uma análise comparativa entre o Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002, registra-se que o primeiro aspecto a ser destacado incide na alteração da pessoa responsável pelo exercício de direitos e deveres sobre a pessoa dos filhos. Tal alteração é evidente com a substituição do “pátrio poder”, disposto no capítulo VI, do CC/16, por “poder familiar”, com previsão no capítulo V, do CC/02. Além disso, a Carta Magna de 88, por ter sido promulgada após um longo período de ditadura militar, onde os direitos básicos, individuais, fundamentais e a democracia não eram observados, surgiu justamente para garantir que tais direitos sejam sempre respeitados, garantindo sua imutabilidade por serem consideradas cláusulas pétreas. Dentre estes direitos individuais se encontra a isonomia entre o homem e a mulher, previsto no seu artigo 5º que diz: Art. 5º “[...] I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Além da Carta Magna, as legislações infraconstitucionais brasileiras também já reconhecem a igualdade de direitos e obrigações entre os cônjuges, como por exemplo o Código Civil de 2002, que ao contrário do que constava no de 1916, prevê que o poder familiar será exercido tanto pelo homem quanto pela mulher, devendo ambos ser responsáveis solidariamente pelo cuidado dos filhos e das obrigações familiares. Foi por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente que o Direito de Filiação avançou consideravelmente. Tanto a Constituição Federal de 1988, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente prezam pelos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente bem como o da proteção integral. Com isso, quando houver uma situação de decisão deve-se sempre primar pelo que seja mais

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia (USP). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



benéfico para criança e o adolescente em detrimento de outros interesses. Desse modo, a Lei da Guarda Compartilhada (Lei nº 13.058/14) que entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2014 surgiu justamente para resguardar e colocar em prática tais princípios. Em síntese, constata-se haver, no ordenamento jurídico brasileiro atual, uma isonomia com relação às responsabilidades, direitos e deveres tanto do pai quanto da mãe com relação aos filhos.

**Palavras-chave:** Paternidade; Ordenamento Jurídico; Família.

## A paternidade no ordenamento jurídico brasileiro

Paula Rafaela Bastos Chaves<sup>1</sup>  
Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>2</sup>

Este projeto de pesquisa visa analisar a paternidade no ordenamento jurídico brasileiro. O método utilizado foi a análise documental. Foram considerados, para a análise, os documentos que integram o ordenamento jurídico brasileiro, tais como a Constituição Federal de 1988; Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que trata do Código Civil dos Estados Unidos do Brasil; Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar; Lei n.º 10406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil e Lei n.º 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que trata da guarda compartilhada. Os principais resultados encontrados foram: a substituição do “pátrio poder” pelo “poder familiar”, que equiparou os direitos e deveres entre pai e mãe em relação aos cuidados, deveres e educação dos filhos, verificado consoante uma análise comparativa entre o Código Civil de 1916 e o de 2002. Já a Constituição Federal, por ser norma cogente e ocupar o topo do ordenamento jurídico, constitucionalizou o direito de família e delineou importantes mudanças na sociedade civil brasileira ao priorizar a dignidade da pessoa humana, princípio este que balizou avanços no que toca o direito de família e filiação. Assim, com a consagração de alguns princípios fundamentais constitucionalizados em nossa Carta Maior, tais como a igualdade de gênero, a igualdade jurídica entre os cônjuges, a supremacia da dignidade da pessoa humana, a afetividade, a liberdade e a vedação de distinções entre filhos, biológicos e não biológicos, a adequação das leis à nova norma estrutural do Estado foi latente, refletindo nas demais normas infraconstitucionais como um efeito cascata. Nesta perspectiva, o Código Civil de 2002 é instituído no País, com o reconhecimento da igualdade de direitos e obrigações entre os cônjuges na sociedade conjugal, prevendo, ainda, que o poder familiar será exercido pelo homem e pela mulher sendo ambos responsáveis, solidariamente, pelo cuidado dos filhos e obrigações familiares. O Estatuto da Criança e do Adolescente priorizou a aplicação dos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da doutrina da proteção integral, resultando pela aplicação, no caso concreto, do que seja mais benéfico para criança e o adolescente em detrimento

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia (USP), coordenadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



de outros interesses, fazendo avançar o direito de filiação. Desse modo, a Lei da Guarda Compartilhada (Lei nº 13.058/14), que entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2014, surgiu justamente para resguardar e colocar em prática tais princípios. Concluiu-se que, ao longo do tempo, o ordenamento jurídico brasileiro equiparou os direitos e deveres de pai e mãe com relação ao cuidado e educação dos filhos, sendo priorizado o melhor interesse da criança e do adolescente.

**Palavras-chave:** Paternidade; Ordenamento Jurídico; Família.



## **Análise bacteriológica prévia da água dos bebedouros – Universidade Católica do Salvador**

Paulo Moutinho Andrade de Souza<sup>1</sup>  
Juan Carlos Rossi Alva<sup>2</sup>

A água potável não deve conter microorganismos patogênicos e deve estar livre de bactérias indicadoras de contaminação fecal. Os indicadores de contaminação fecal, tradicionalmente aceitos, pertencem a um grupo de bactérias denominadas coliformes. O principal representante desse grupo de bactérias chama-se *Escherichia coli*. Esse trabalho teve como objetivo geral: Analisar previamente a água tratada dos bebedouros da Universidade Católica do Salvador – UCSal, e específicos: Propor mudanças a partir dos resultados da análise, e elaborar protocolo com ênfase na qualidade da água fornecida na Universidade. Foi feita a coleta dos 20 bebedouros da UCSal no campus do Pituacu e utilizada a técnica dos tubos múltiplos para a determinação de coliformes totais e fecais que a partir dela é possível determinar o número mais provável de bactérias do grupo coliforme em 100 ml de água (NMP/100 ml). Para isso foi utilizado três tipos de reagentes: Caldo Lauryl Triptose para o teste presuntivo, que se caso desse positivo, seria utilizado também o Caldo Lactosado Verde Brilhante Bile 2% para o teste confirmativo para coliformes totais, que se caso desse positivo, seria utilizado também o caldo E.C para o teste confirmativo para coliformes fecais, sendo que para cada reagente em um bebedouro foi utilizado três tubos 16 X 150 mm com tampa rosca. Dos vinte Bebedouros analisados, dezessete não apresentaram nenhuma inconformidade nas análises, exceto 3 que apresentaram padrão positivo nos testes supracitados. Foi concluído que é preciso haver uma melhor gestão e fiscalização do recurso hídrico para os bebedouros da Universidade Católica do Salvador, porque o fato de haver sido encontrado coliformes nos bebedouros mostrou que existe grandes possibilidades de tais bebedouros conter outros microorganismos que podem trazer doenças que causarão danos sérios a saúde humana.

**Palavras-chave** : Microbiologia, água e análise

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências com ênfase em Bioquímica e Biotecnologia Ambiental (UFRJ), coordenador e professor do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



## As ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) na Região Metropolitana de Salvador (RMS): configuração espacial

Denison Pereira de Freitas<sup>1</sup>  
Aparecida Netto Teixeira<sup>2</sup>

As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) têm sido um dos instrumentos de política habitacional mais adotados nos municípios brasileiros, posteriormente à promulgação da lei do Estatuto da Cidade, em 2001, tendo como princípio a regularização urbanística e regularização fundiária nas áreas ocupadas irregularmente nas cidades brasileiras. O objetivo inicial da presente pesquisa era a construção de um mapa síntese de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), da Região Metropolitana de Salvador/BA (RMS), possibilitando um panorama espacial acerca das mesmas. A metodologia adotada constou, em primeiro lugar, de aproximação com a temática realizado por meio de leituras e fichamentos de artigos científicos. Em segundo lugar, foi realizado um treinamento com a ferramenta de SIG (Sistema de Informação Geográfica), conhecido como arcGIS, mediante a produção de mapas de estudo pré-determinados. Em terceiro lugar, foi realizado o levantamento de arquivos no formato "shapefile", para os municípios da RMS, que seriam utilizados como base para a construção do mapa síntese de ZEIS. Como resultados obtidos, registra-se a dificuldade na obtenção dos referidos mapas pelos municípios, uma vez que muitas Prefeituras previam a ferramenta em seus planos diretores, mas não haviam delimitado essas áreas em mapa. Desse modo, optou-se pela elaboração de mapas temáticos das ZEIS do município de Salvador, mediante o cruzamento de dados e levantamento de informações relativamente aos indicadores, de renda, densidade demográfica e infra-estrutura. Pode-se concluir, desse modo, o descaso das gestões municipais da RMS, à exceção de poucos municípios, acerca do instrumento da ZEIS e sua respectiva potencialidade.

**Palavras-chave:** Habitação de interesse social; Zona Especial de Interesse Social; Sistema de Informação Geográfica.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia, professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

## **As ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) na Região Metropolitana de Salvador/BA (RMS)**

Emerson Silva Serra<sup>1</sup>  
Aparecida Netto Teixeira<sup>2</sup>

Este projeto tem como objetivo sistematizar e analisar as informações acerca da previsão do instrumento da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme previsto no Estatuto da Cidade (2001), no âmbito da Região Metropolitana de Salvador/BA (RMS). A metodologia adotada constou da análise e sistematização dos planos diretores dos respectivos municípios, a partir da elaboração de quadros de ZEIS, abrangendo os principais aspectos relativos ao instrumento. Como resultados alcançados pode-se constatar que, apesar dos avanços importantes trazidos pelo Estatuto da Cidade, na busca por uma cidade mais igualitária, justa, e democrática, ainda há muito que percorrer para o desdobramento dessa lei federal em âmbito municipal. Ainda são poucos os municípios da RMS que avançaram efetivamente na aplicação das Zonas Especiais de Interesse Social, considerando-se que, em sua maioria, não definem as ZEIS como prioridade para a habitação social. Considera-se que uma possível solução seria um maior suporte institucional em âmbito federal, além de um maior envolvimento dos representantes de áreas definidas como ZEIS, a fim de forçar o poder público a regulamentar essas áreas.

**Palavras-chave:** Habitação de interesse social; Zona Especial de Interesse Social; Planos diretores.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia, professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## Aspectos qualitativos para a formação do Engenheiro Civil

Fernanda Flores Borges Silva<sup>1</sup>  
Cristina Maria Macêdo de Alencar<sup>2</sup>

O crescimento científico e tecnológico e os fenômenos vivenciados nas últimas décadas vem despertando uma nova consciência socioambiental que traz questionamentos e faz necessária uma maior reflexão sobre as atitudes tomadas pelo homem em suas atividades, incluindo aqui a construção civil e todos aqueles que são afetados por ela. A fim de demonstrar a possibilidade de o engenheiro civil atuar em campos de trabalho com abordagem qualitativa, de forma a integrar os aspectos técnicos aos sociais e ambientais, surge a análise da graduação em Engenharia Civil voltada para a possibilidade da formação de competência para o mesmo lidar com indicadores qualitativos, a exemplo do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IORM). Através de revisão bibliográfica e documental buscou-se verificar as atribuições profissionais designadas ao Engenheiro Civil pelos órgãos oficiais, como o CONFEA, comparando-as com as competências desenvolvidas durante o curso de graduação além de aprofundar e entender a estrutura do IORM de modo a correlacioná-lo com a formação e a vida prática do engenheiro.

Considerando que o método qualitativo de pesquisa consegue levar a uma reflexão mais profunda para entender questões complexas da sociedade, o engenheiro civil precisa ter subsídios para se apropriar de um indicador qualitativo, a exemplo do IORM. De acordo com o que se encontra dentro da diretriz curricular do MEC, constatou-se que a Universidade Católica do Salvador contempla esta formação na área de humanas. Entretanto para que se efetive a participação plena dos alunos de engenharia nas disciplinas ofertadas, garantindo a aquisição de competência e sua posterior aplicação na vida profissional, é preciso que também haja um rompimento com a cultura que permeia a sociedade e que admite o engenheiro apenas como um profissional que deve privilegiar o econômico e o técnico de sua atividade.

Partindo do pressuposto da disputa da engenharia com a natureza, a utilização do IORM é fundamentada a partir das tensões geradas pelo ramo da construção civil através da sua apropriação da natureza e dos usos geradores de riscos ambientais. É

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Engenharia Civil da Universidade Católica de Salvador - Bolsista Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



importante ressaltar ainda que as reflexões oriundas da utilização do IQRM transpassam a teoria e atingem a vida prática do engenheiro, evidenciando a necessidade e incentivando a realização de um melhor planejamento técnico que integre o social e ambiental, dentro da ruralidade no espaço metropolitano.

Cabe ressaltar que os objetivos da pesquisa foram alcançados parcialmente, de modo que os resultados encontrados abrem espaço para novos estudos e servem de subsídio para a continuidade e aprofundamento do tema aqui relatado.

**Palavras chave:** Currículo, Competência, Indicadores Qualitativos.



## **Avaliação de dispositivos de controle de escoamento superficial: pavimento semipermeável e trincheira de infiltração**

Juliana Evaristo dos Santos<sup>1</sup>  
Miriam de Fátima Carvalho<sup>2</sup>  
Jorge Luis Zegarra Tarqui<sup>3</sup>

Atualmente, procura-se tratar a drenagem urbana por meio de uma abordagem científica e ambiental do ciclo hidrológico urbano, onde as ações são voltadas para manutenção das condições de escoamento da pré-urbanização atuando a nível local, na fonte de geração do mesmo. Uma proposta é a utilização de dispositivos de acréscimo da infiltração e do amortecimento do escoamento superficial (pavimentos semipermeáveis). Além disso, pode-se utilizar uma trincheira de infiltração para drenar o excesso da água. Neste contexto, vem sendo desenvolvidas pesquisas na UCSal relativas a este tema dentro de um projeto maior intitulado DRENSAL (Impacto do manejo de águas pluviais e do tratamento de esgotos domésticos no escoamento superficial em comunidade urbana de baixa renda). Esse projeto visa estudar o coeficiente de escoamento do pavimento instalado em campo e comparar com o coeficiente obtido anteriormente para o pavimento piloto semipermeável construído de blocos de solo-cimento na redução do escoamento superficial.

No período de um ano desenvolvemos atividades de monitoramento de campo do sistema de escoamento já em funcionamento na Universidade Católica do Salvador-Pituaçu. Determinamos a eficiência de tecnologias para a redução do escoamento em áreas urbanas que são áreas normalmente impermeabilizadas. Monitoramos um sistema de escoamento que consta de uma estação meteorológica, um sistema de vazão e uma trincheira de infiltração ao longo do tempo. Foram analisados também os dados da estação meteorológica, como a precipitação e o volume escoado, dando um intervalo de cinco minutos entre uma precipitação e outra. Nos dados do vertedor foram analisados, principalmente, a vazão e o volume escoado, no mesmo intervalo de tempo (cinco minutos). Nos dados da trincheira analisamos também a vazão e o volume vertido [que é o produto da área, porosidade e do H (que é a diferença de cota entre o nível d'água a montante e o nível da soleira)]. E por último analisamos o Coeficiente de escoamento, que é dado pela razão do somatório do volume vertido pelo somatório do

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Doutora em Geotecnia (USP), professor a da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

<sup>3</sup> Professor Coordenador do projeto de Pesquisa, UFMG - Dpto Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos. Coorientador.



volume precipitado.

Por meio dos dados coletados pelos equipamentos de monitoramento, foi possível analisar o comportamento do conjunto pavimento/trincheira em função da precipitação, e obtivemos um coeficiente de escoamento na faixa de 0,74 a 0,89, estes valores em média se encontram perto do coeficiente de escoamento obtido para pavimento de bloco de cimento ( $C=0,78$ ) e inferior ao de pavimento de concreto ( $C=0,95$ ), então o pavimento de blocos de solo-cimento foi considerado dentro da categoria de semipermeável, para as dimensões de área estudada.

**Palavras-chave:** Trincheira de Infiltração; Escoamento; Pavimento.



## **Avaliação do fluxo bidimensional de óleo diesel em solo não saturado da formação barreiras**

Jonathan dos Santos Batista<sup>1</sup>  
Rita de Cassia Viana Cerqueira<sup>2</sup>  
Miriam de Fátima Carvalho<sup>3</sup>

A disposição indevida de óleos combustíveis derivados do petróleo no meio ambiente traz riscos ambientais e à saúde humana. A toxicidade destes compostos merece consideração, pois os combustíveis fósseis possuem em sua composição compostos aromáticos os quais possuem grande estabilidade em suas ligações químicas e potencial cancerígeno.

Registram-se anualmente no Brasil e no mundo casos de vazamentos de óleos derivados de petróleo. No ano de 2012 registrou-se 109 casos de derramamentos destes fluidos no Brasil.

Quando ocorrem vazamentos destes óleos, diversos fatores controlarão a interação entre o meio ambiente e o contaminante. As características físico-químicas dos contaminantes como a volatilidade, a solubilidade destes em água, o seu coeficiente de partição octanol/água bem como a natureza do solo irão determinar a predominância da fase da contaminação sendo que esta pode ser mais predominantemente fase livre (móvel), adsorvida, dissolvida, vaporizada ou condensada.

O estudo do fluxo de contaminantes na zona não saturada do solo justifica-se então dentre outros aspectos visto essa zona anteceder a zona saturada apresentando mecanismos de filtragem que podem reter inúmeras partículas, substâncias e gases dissolvidos evitando a contaminação das águas subterrâneas, ou retardando o transporte destes contaminantes à zona saturada do solo e da estimativa de parâmetros que servirão de base à minimização e até mesmo remediação dos impactos ambientais. Para tal será utilizado um canal de fluxo bidimensional instrumentalizado previamente construído em laboratório e já utilizado anteriormente para análise de infiltração bidimensional de óleo diesel em areia de duna compactada. Características do solo e dos fluidos (água e diesel) a serem usados no experimento foram determinadas. Para os fluidos determinou-se a tensão superficial, massa específica e viscosidade em função da

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - CNPq

<sup>2</sup> Mestranda da Universidade Federal da Bahia e Integrante do projeto. Coautora.

<sup>3</sup> Doutora em Geotecnia pela Escola de Engenharia de São Carlos (USP) e Professora da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



temperatura e ainda será determinada a pressão de vapor e tensão interfacial. A tensão superficial foi determinada por um tensiômetro de bancada modelo K20 que mede a tensão superficial dos líquidos a partir do trabalho gasto por unidade de área para distender a superfície deste líquido. Para tal é utilizado o método do anel de platina, por ser inerte quimicamente, medindo a força no contato com os líquidos. Obteve-se para o óleo diesel tensão superficial variando entre 25 a 27,1 mN/m e massa específica entre 0,832 a 0,819 g/ml para temperatura entre 15°C a 40°C, respectivamente. A viscosidade foi medida com um viscosímetro rotativo de bancada DV2T Brookfield que mede a resistência ao escoamento de um cilindro metálico de diferentes dimensões a depender da viscosidade aparente do fluido. O equipamento está acoplado a um banho de temperatura que permite a medição da viscosidade dos fluidos em diferentes temperaturas e desta forma a construção de curvas de viscosidade. Obteve-se para o diesel viscosidade variando de 8,74 a 4,54 cP para temperatura entre 15°C a 40°C, respectivamente.

De ensaios de caracterização realizado no solo a ser usado no canal obteve-se 80% de areia e 20% de finos (argila e silte), sem nenhuma plasticidade, sendo classificado segundo SUCS como SM (areia siltosa). Posteriormente aos ensaios de infiltração no canal, os resultados serão analisados e modelados matematicamente e confrontados com dados obtidos em outras pesquisas para diferentes formações de solo com o intuito de se construir um conhecimento que servirá de base para adoção de ações corretivas eficientes caso ocorram disposições indevidas de óleo diesel no solo.

**Palavras-chave:** Fluxo bidimensional; Solo não saturado, Canal instrumentalizado, Diesel.



## **Biossegurança: adequação de manejo para a herpetofauna a partir de análises microbiológicas**

Rayana Cristina Carvalho Ribeiro<sup>1</sup>  
Juan Carlos Rossi Alva<sup>2</sup>

Herpetofauna é um grupo distinto e ocorre em todos os ecossistemas brasileiros. São de extrema importância para estudos, por pertencerem a um dos grupos mais abundantes que abrangem os répteis (cobras, lagartos, jacarés, tartarugas e afins) e os anfíbios (sapos, rãs, jias, pererecas, salamandras e cecílias). Diversas pesquisas norteiam este grupo de animais, no entanto, a relação existente entre manejo da Herpetofauna com ênfase em biossegurança e microbiologia possuem poucos estudos.

Para obtenção de resultados confiáveis é fundamental um grande esforço amostral, além da padronização rigorosa dos materiais e dos métodos, pois a manipulação incorreta de micro-organismos, a exemplo das bactérias, pode causar contaminação. O objetivo desse estudo foi analisar amostras cloacais de répteis e anfíbios – Herpetofauna do Litoral Norte da Bahia – e a partir dos resultados encontrados, trazer em voga a importância do manejo adequado, com ênfase na biossegurança, in natura e sob cuidados humanos. Portanto, a não utilização de EPI'S ainda é um fator muito relevante que facilita a contaminação tanto dos animais coletados quanto dos seres humanos, de forma direta ou indireta, visto que, o grupo de animais estudado possui, em seu aparelho digestivo, enterobactérias patogênicas. Um swab cloacal foi realizado, nos animais amostrados, e inoculado em meio proliferativo (água peptonada) e o material coletado, levado ao laboratório. Depois da análise, foi possível verificar quatro grupos (sorotipos) de enterobactérias, os mesmos foram submetidos a análises morfotintoriais e testes bioquímicos para a identificação desses micro-organismo.

**Palavras-chave:** Biossegurança, Herpetofauna e Microbiologia

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências com ênfase em Bioquímica e Biotecnologia Ambiental (UFRJ), coordenador e professor do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



## Cartografia temática sobre Salvador a partir dos dados amostrais do Censo de 2010

Kaíc Fernando Ferreira Lopes<sup>1</sup>  
Silvana Sá de Carvalho<sup>2</sup>

O objetivo do projeto foi elaborar mapas temáticos com dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Foi construída uma série de mapas temáticos sobre Salvador que permitiram fazer um diagnóstico sócio espacial da região. A base de dados utilizada foram os dados amostrais do IBGE de 2010 que é composta por áreas de ponderação (agregação de setores censitários) e uma base de dados alfanuméricos. A espacialização dos dados alfanuméricos transformados em informação sobre a base de áreas de ponderação gerou a cartografia temática. O ArcGIS foi utilizado para gerar cartografia com os dados coletados a partir do Censo do IBGE, onde foram gerados mapas com índices de urbanização de bairros, quantidade de salários por bairro e pessoas sem renda por bairros. Os mapas gerados permitiram visualizar os dados fornecidos pelo IBGE, após a sistematização dos dados, tendo como referência as áreas de ponderação de Salvador. Após a conclusão de mapas foi possível identificar quais os bairros mais urbanizados, e ficou evidente que na maioria destes bairros estão as pessoas com maior renda na cidade de Salvador.

**Palavras-chave:** Cartografia temática; Censo Demográfico IBGE; Urbanização.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia (UFSE), professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

## **Cidadania acadêmica ou academicismo cidadão: um estudo dedicado aos discentes de ciências sociais e humanidades da UCSAL.**

Rachel Luiza Santos Moura<sup>1</sup>  
Antonio Carlos da Silva<sup>2</sup>

O presente trabalho busca discutir o conceito de cidadania entre os discentes de ciências sociais e humanidades da Universidade Católica do Salvador-UCSal, verificando se o conceito de cidadania aprendido e apreendido até então, trata-se mesmo do ser cidadão e de nós, discentes de humanas como vetores conscientes deste exercício a partir do seu real conceito social que permeia junto à formação e futura atuação profissional a qual escolhemos seguir. Considerando a variabilidade diversidade nos níveis saber cidadania.

A escolha do ambiente acadêmico atribui-se ao fato da universidade representar aos nossos ouvidos, desde o primeiro contato prévio a ideia de universalidade, componente essencial ao exercício da cidadania. Escolher a Universidade Católica do Salvador-UCSal, como a instituição chave para a pesquisa, não se deve meramente ao fato de eu ser discente do curso de Serviço Social na mesma, mas, principalmente atribui-se ao fato da Universidade pregar como principal missão contribuir para a transformação da sociedade formando profissionais cidadãos, críticos e comprometidos com soluções dos problemas e desafios da realidade social. Além de ser uma instituição católica, sempre atrelada ao caráter comunitário, assumindo um papel com o compromisso social.

Tendo como base na conceituação teórica de Cidadania um apanhado histórico a partir de autores do assunto, de filósofos gregos a pensadores contemporâneos, ao decorrer da história da humanidade, buscando entender a evolução da cidadania como parte desse processo.

A coleta de dados, junto aos discentes, será desenvolvida através de formulários e visa verificar e abordar através de relatos dos estudantes entrevistados como a instituição Universidade Católica do Salvador-UCSal realmente influencia e se tem influenciado aos conceitos base de cidadania, cidadania social, compromisso social, direitos e deveres.

**Palavras-chave:** Cidadania; Universidade; Discentes de Humanas.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais (Universidad de Leon/Espanha), professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



## Cidadania e efetividade dos Direitos Sociais (Direitos Sociais à Educação)

Maili Araujo Ferreira<sup>1</sup>  
Dirley da Cunha Júnior<sup>2</sup>

Os direitos sociais, que, de acordo com Ingo Wolfgang Sarlet “*são aqueles direitos advindos com a função de compensar as desigualdades sociais e econômicas surgidas no seio da sociedade, seja ela de uma forma geral, seja em face de grupos específicos*” (INGO, 2012), encontram-se dispostos no art. 6º da CF/88, que apresenta dentre um rol de direitos, o direito a educação. Sendo assim, tomou-se como objeto de pesquisa a efetividade os direitos sociais à educação. Estes que estão dispostos na CF/88, nos artigos 205 a 214.

Os objetivos almejados foram: i) **compreensão** da natureza jurídica dos direitos sociais, e sendo assim, **entendimento** quanto à problemática no que tange à sua **efetividade**; ii) **restrição** do conteúdo, passando a analisar os direitos sociais sobre a temática “**educação**”; iii) **análise** das políticas públicas positivadas pelo Estado que estariam sendo aplicadas para a real concretude da meta estabelecida pela CF/88.

Para o alcance dos objetivos supramencionados, houve a leitura dos doutrinados especializados nesta área. Como também, a leitura de artigos acadêmicos versando sobre o panorama educacional em Salvador, a leitura de leis infraconstitucionais que versam sobre a educação. A coleta de dados oficiais de órgãos responsáveis por essa área. Sendo assim, teve-se como metodologia, a **quantitativa** e a **qualitativa**.

O resultado obtido foi à compreensão de que o direito social à educação possui, dentre outras características: a) ser um direito fundamental autoinstrumental; b) um direito social de aplicabilidade imediata e eficácia preceptiva; c) decorre de serviço público bidirecional, essencial, gratuito, obrigatório e universal; e) é direito público subjetivo; e, f) não se adstringe à reserva do possível. Não somente isso, como também, a noção de que a realidade soteropolitana, apesar de nos últimos anos apresentar grandes melhoras, está distante de alcançar o objetivo almejado pela CF/88. Políticas públicas até existem, mas faltam-lhe a real atenção ou empenho do Poder Estatal para que alcancem o objetivo para o qual foram desenvolvidas. Após a análise dos resultados, têm-se como o alcance dos objetivos almejados pela pesquisa.

**Palavras-chave:** Direitos sociais; Educação; Efetividade.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP), professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

## Concepções de professores sobre a paternidade contemporânea

Juliana Thereza Celina Servilho Marques<sup>1</sup>  
Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>2</sup>  
Patrícia Carla Silva do Vale Zucoloto<sup>3</sup>

O presente estudo teve por objetivo conhecer as concepções de professores, de uma escola particular de Salvador, sobre a paternidade contemporânea. O método foi qualitativo, sendo que a pesquisa foi realizada em uma escola particular que atende população de classe média de Salvador. Foram participantes três professoras do Ensino Fundamental I da referida instituição. Para a coleta de dados foi construído um roteiro semiestruturado. As professoras foram entrevistadas na própria escola e assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. As gravações foram transcritas e analisadas estabelecendo-se categorias temáticas a partir das falas das professoras. Como resultados, observou-se que as entrevistadas concebem que ser pai é estar presente e ser afetivo, assim como dividir responsabilidades com a mãe, dentre elas, acompanhar a criança nas atividades escolares. Segundo elas, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, está havendo um maior compartilhamento das responsabilidades com relação à escolarização dos filhos. As professoras identificaram que, dentro do cotidiano da escola, cada vez é maior a participação masculina, seja em festas, seja acompanhando a agenda e até mesmo na resolução de problemas que ocorrem com o filho na referida instituição. De maneira geral, reconhecem ser notável a maior interação paterna na vida escolar do filho. Há uma unanimidade na questão das diferenças entre o relacionamento do pai com o filho hoje comparado ao relacionamento do filho com o pai antigamente. As participantes consideram que o pai no passado era visto como autoritário e ausente do contexto familiar, e que está sendo visto atualmente como um pai mais presente, acolhedor e afetivo. O envolvimento ideal do pai na vida escolar do filho, de acordo com as participantes, deve ser: participativo, presente, tanto quanto ocorre com a mãe. Conclui-se que as entrevistadas reconheceram uma nova paternidade e identificaram, com base no cotidiano escolar, que o pai está mais presente e participativo na vida dos filhos. As professoras apontaram

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia (USP), coordenadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia (UFBA), Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Coorientadora.



como ideal essa nova postura participativa na relação pai e filho. Reconheceram também as mudanças vivenciadas no presente contexto de alterações nos modelos de família vigentes. Assim, atribuíram a responsabilidade de cuidar e educar o filho como sendo tanto do pai quanto da mãe.

**Palavras-chave:** Paternidade; Família; Escolarização.

## Direito Social: garantias fundamentais do direito à saúde no Brasil

Arantxa Heine Quintas<sup>1</sup>  
Dirley da Cunha Júnior<sup>2</sup>

Os Direitos Sociais têm como escopo garantir a dignidade da pessoa humana, junto com ações promovidas pela sociedade e pelo Estado, assegurando assim, o bem estar social, tutelando os direitos a saúde. A relevância desse tema está consubstanciada na garantia da proteção dos direitos fundamentais pela constituição, buscando maior eficácia e soluções acerca desse problema de grande amplitude. Nesse contexto, a Constituição fundamenta principalmente a assistência aos hipossuficientes, destacada como maioria da população brasileira, e assim, mediante a essa condição, depende exclusivamente dos serviços de saúde pública (CUNHA JÚNIOR, 2013). Com base nestes princípios, torna-se importante abordar as políticas públicas de saúde no Brasil, buscando a garantia deste direito que permanece conflituoso, originando controvérsias entre a doutrina e jurisprudência. O presente trabalho teve como objetivos, analisar os Direitos Sociais, com ênfase no Direito a Saúde, abordando seu histórico, o processo de Judicialização da saúde, a análise acerca da legitimidade democrática dos juízes, o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), a relação com o direcionamento dos recursos Estaduais e o exame do conteúdo abrangente, mas indefinido previsto na Constituição Federal acerca dos Direitos Sociais. A presente revisão foi realizada no período de agosto de 2014 a julho de 2015, foram utilizados artigos científicos, dissertações, teses e livros específicos e relacionados ao tema e as suas subáreas que estão presentes na literatura. Com a análise da literatura presente, é perceptível que ainda não há uma solução concreta para solucionar esta problemática, principalmente devido à grande magnitude do tema e os conflitos que envolvem diversas áreas, não apenas o Direito. Com isso, torna-se necessário novas pesquisas e estudos acerca do tema, e assim, avançar na busca da eficácia plena dos Direitos Sociais.

**Palavras-chave:** Judicialização da saúde; Direitos sociais; SUS.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP), professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

## Diversidade familiar e políticas sociais

Joelma Brandão dos Santos<sup>1</sup>

Maria Cristina Gomes da Conceição<sup>2</sup>

O presente trabalho tem como objetivo compreender a estrutura das famílias em condições de pobreza e vulnerabilidades com ênfase nas relações de gênero e nos efeitos do Programa Bolsa Família sobre suas vidas, poder de decisão e empoderamento feminino. Este artigo traz uma análise da estrutura e composição de doze famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Salvador e região metropolitana que vivem em situação de pobreza com ênfase nas mulheres chefes de família no contexto de suas relações sociais, econômicas e familiares.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi à qualitativa, onde foram entrevistadas um total de 100 mulheres beneficiarias do programa Bolsa Família e outros programas sociais, da cidade de Salvador e região metropolitana. Posteriormente selecionou-se 12 dessas entrevistas para análise e elaboração do artigo.

As mulheres entrevistadas tinham entre ente 32 a 65 anos. Notou-se uma diversidade de arranjos familiares, inclusive aquelas chefiadas por mulheres. Das doze mulheres entrevistadas: 05 são compostas por casal mais filhos, 06 são monoparentais (mãe e filhos) e 01 composta por mãe filhos e netos. Quando questionamos sobre a raça, todas as entrevistadas se auto declararam pardas ou negras, e elas possuem entre 03 a 12 filhos.

Entre as entrevistadas, 02 mulheres declararam como única renda o benefício do Bolsa Família (uma solteira e outra casada) 04 mulheres responderam que a renda familiar era composta por Bolsa família mais salário dos maridos, 01 entrevistada declarou receber pensão alimentícia mais benefício e 05 declaram como renda seus salários mais BF.

Quanto à escolaridade, apenas uma entrevistada declarou ter segundo grau completo, as demais variam entre fundamental e primeiro grau incompleto. Entre as profissões encontradas estão: sete donas de casa, quatro diaristas, e uma cozinheira.

Ao concluir esse projeto de iniciação científica, percebe-se que os objetivos propostos foram alcançados com êxito. Destaca-se a relevância do programa de iniciação ao notar o conhecimento adquirido através de análise das entrevistas e por meio de aportes

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em População e Desenvolvimento ( Colegio de Mexico), professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



teóricos sobre a estrutura e composição das famílias beneficiárias das políticas sociais nas comunidades analisadas.

Percebe-se através dessa pesquisa que as desigualdades de oportunidade, a pobreza e vulnerabilidades ainda hoje atingem com muito mais força as mulheres, entre as famílias chefiadas por mulheres a renda é inferior a aquelas chefiadas por homens.

As mulheres entrevistadas possuem dificuldades de ingressar ou manter-se no mercado de trabalho devido à falta de escolaridade e profissionalização, inerentes do nosso modelo econômico patriarcal e excludente. Pensar em maneiras de vencer essas desigualdades deve ser buscado de maneira urgente, pois ao melhorar as oportunidades dessas mulheres toda família será beneficiada.

**Palavras-chave:** Diversidade familiar; Programa Bolsa Família; Gênero.

## Elaboração de medidas de controle das populações de formigas (*formicidae*) pragas em um sistema agroflorestal na reserva de Sapiranga

Francisca Piñeiro Passos<sup>1</sup>  
Marcelo Cesar Lima Peres<sup>2</sup>

Os sistemas agroflorestais constituem uma alternativa de produção agropecuária que minimiza o efeito da intervenção humana para fins de produção, de proteção ou visando a ambas as situações. As formigas são utilizadas como bioindicadores eficazes, principalmente devido à grande abundância, diversidade e importância ecológica. No Brasil relativamente pouco se é estudado sobre formigas como bioindicadores, dessa forma o estudo tem como objetivo propor medidas de monitoramento e controle das formigas pragas em um sistema agroflorestal na Reserva de Sapiranga. A coleta foi realizada em três formações vegetais: Mata, Área de Transição (AT) e o Sistema Agroflorestal (SAF). Em cada formação foram coletadas 12 amostras ao longo de um transecto de 150m, com pontos amostrais (PAs) distanciando 50m. Em todos os PAs foram aferidas variáveis de microclima e microhabitat. O método utilizado para a coleta dos artrópodes foi o extrator Winkler, sendo feita a triagem das amostras no laboratório e posteriormente foram efetuadas as montagens entomológicas, que serão encaminhadas ao laboratório de Mirmecologia da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, para identificação taxonômica e depósito, após esse procedimento serão identificadas as formigas pragas. Foi feita uma comparação entre as três formações vegetais em relação a estrutura do habitat (micro clima e micro habitat), aplicou-se o Procedimento de Permutação e Resposta Múltipla (MRPP) - (PC-ORD© 6.0) . Verificou-se que a estrutura do habitat diferiu significativamente entre as três formações vegetais, SAF, Mata e AT (MRPP:  $p < 0.00001174$ ;  $T = -8.8392728$ ;  $A = 0.30886230$ ). Quando as formações foram comparadas par-a-par, também se verificou diferenças significativas entre Mata e SAF ( $p = 0.00011058$ ) e entre AT e SAF ( $p = 0.00066887$ ). Entretanto, quando comparando AT e Mata não houve diferença significativa ( $p = 0.24546057$ ). A espessura de serrapilheira e umidade relativa do ar foram mais elevadas na Mata, já temperatura máxima e luminosidade foram maiores no SAF o que era já esperado, porque não possuía dossel nesse local. Espera-se que as

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - CNPq

<sup>2</sup> Doutor em Ecologia (UFBA), professor de graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

comunidades de formigas sejam diferentes entre as três formações vegetais, porque elas são sensíveis as variáveis ambientais e espera-se encontrar formigas pragas no SAF.

**Palavras-chave:** *Formigas pragas; Agroflorestal; Variáveis Ambientais*

## Estado de Exceção e a Política de Extermínio na periferia de Salvador

Rafael Casais Neto<sup>1</sup>  
Julie Sarah Lourau-Silva<sup>2</sup>

O trabalho sugere uma análise sobre a dinâmica e distribuição dos homicídios de jovens em Salvador, sobretudo, os que são executados pelo Estado, na tentativa de problematizar os dados e estatísticas oficiais, mostrando como a vida desses jovens - em sua maioria negros - passam a ser geridas através do elemento morte. O trabalho considera que exista na perspectiva das políticas criminais implantadas pelo Estado a utilização de medidas técnico-administrativas que correspondem e revelem, o que Giorgio Agamben vai conceituar como Estado de Exceção - essa estrutura formal e simbólica que exerce sobre o corpo dos sujeitos e das comunidades de integráveis, a biopolítica (fenômeno identificado por Michel Foucault, característico das relações de poder nas democracias ocidentais). Considerando que os territórios onde são produzidos estas mortes se inscrevem numa zona de indiscernibilidade jurídica, o decisionismo e o lobby do poder político instaurado, potencializa as ações policiais de eliminação, sujeitando indivíduos marcados pelos estigmas de classe e "raça" a mecanismos de exclusão ou à sua total aniquilação do tecido social. Nesse sentido, partimos da suposição de que estas suspensões e interrupções da ordem jurídica, e o abandono dessa população de sacrificáveis, é capaz de revelar no bojo destas práticas e paradigmas adotados pelas agências de controle e repressão social do Estado a incidência de uma política de extermínio nas zonas periféricas dos centros urbanos. Com a metodologia norteadas pela análise de dados secundários disponíveis no endereço eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Estado bem como de casos emblemáticos ocorridos na cidade, focando nos territórios marginalizados e racializados em Salvador, o trabalho elucida questões sobre a emergência de um "novo" modelo de governamentalidade, inscrito nessas "recentes" políticas estatais na área da (in)segurança, tentando mostrar como a política criminal controla e gere a vida da juventude nesses territórios, numa sujeição criminal onde a morte é tomada como meio de gestão da vida de considerados marginalizáveis e integráveis.

**Palavras-chave:** Violência. Juventude. Estado. Segurança.

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social e Etnologia (UHESS), Pós-doutoranda, professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador . Orientadora

## **Fitofisionomias e aspectos florísticos da restinga no município de Costa Azul, Jandaíra, Bahia, Brasil**

Cíntia Carolina Figueiredo Sant´Ana<sup>1</sup>  
Anderson Abbehusen Freire de Carvalho<sup>2</sup>  
Christiano Marcelino Menezes<sup>3</sup>

O Litoral Norte do Estado da Bahia apresenta cerca de 200 km de restinga inclusos na Área de Proteção Ambiental – APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, que compreende os municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Entre Rios e Mata de São João, tendo como finalidade conservar e preservar os remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados como manguezais, áreas estuarinas, restingas, dunas e lagoas. A vegetação predominante no Litoral Norte da Bahia é formada por uma fitofisionomia fechada - Mata de Restinga, e por uma aberta, denominada restinga em moitas, sendo que nesta última, a vegetação encontra-se intercalada ou por vegetação herbácea e arbustiva, ou por areia desnuda (Menezes, 2007). As restingas abrangem uma variedade de ambientes, onde se encontram campos, dunas, alagadiços, cerrado e florestas; crescem diversos gêneros de cactos, orquídeas terrestres e epífitas, palmeiras e lianas (Pinto et al, 1984), sendo de fato um ambiente de extrema fragilidade devido à sua heterogeneidade, logo apresenta uma grande diversidade biológica que requer cuidados e atenção constantes. O presente estudo teve como principal objetivo, descrever as fitofisionomias e avaliar aspectos florísticos da restinga do município de Costa Azul, Jandaíra, Bahia, Brasil. Para isso, foram realizadas campanhas de campo, onde ao longo de trilhas pré-determinadas, foram coletados exemplares férteis para posterior identificação em laboratório e posterior depósito desses espécimes no herbário da Universidade Federal da Bahia (HALCB). Muitas plantas se encontravam estéreis, (sem flores e frutos), o que impossibilitou a identificação botânica e conseqüentemente a coleta de material. Neste sentido foi dada ênfase às identificações de espécimes em campo e através de bibliografia específica. Foram identificadas e descritas as seguintes fitofisionomias: Mata de Restinga, Restinga em Moitas, Vegetação Praial, Pós-Praia Impactado e Zonas Úmidas. Foram identificadas 82 espécies distribuídas em 38 famílias. As famílias mais ricas em espécies foram Cyperaceae, Fabaceae e Arecaceae

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Mestre em Ecologia e Biomonitoramento (UFBA), professor da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Mestre em Geologia (UFBA), professor do curso Cursos de Ciências Biológicas e Geografia da Universidade Católica do Salvador. Coorientador.



com 14, 8 e 5 espécies respectivamente, seguida de Myrtaceae e Rubiaceae que apresentaram cada uma 4 espécies. Estas famílias também são citadas como sendo as mais ricas e frequentes nas restingas do sudeste do Brasil. Sendo assim, a coexistência de diferentes espécies nas fitofisionomias constitui-se em uma intrincada relação entre estas, envolvendo processos de inibição e de facilitação, sendo que a retirada ou introdução de espécies pode gerar impactos irreversíveis na estrutura e dinâmica das comunidades nos diferentes ambientes.

**Palavras-chave:** Fitofisionomias; Florística; Restinga



## Habitação de interesse social e plano diretor nos municípios da Região Metropolitana de Salvador/BA

Mariane Carolina Gomes da Silva Rocha<sup>1</sup>  
Aparecida Netto Teixeira<sup>2</sup>

Recentemente no Brasil vem se registrando uma ação progressista pelo direito à moradia, o que foi imprescindível para ponderá-lo como direito básico, garantindo inúmeros outros direitos fundamentais que dele provém. Nesse sentido, registra-se a promulgação da lei federal do Estatuto da Cidade, em 2001, que tornou obrigatória a elaboração do plano diretor para determinados municípios, nos quais se enquadram os da Região Metropolitana de Salvador/BA (RMS). A região é caracterizada pelo baixo índice de desenvolvimento humano, desigualdade social e significativo déficit habitacional (quantitativo e qualitativo). Um instrumento urbanístico importante previsto no Estatuto da Cidade é o de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, que visa a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é avaliar a previsão da Política Habitacional de Interesse Social dos municípios da Região Metropolitana de Salvador/BA, tendo por base os respectivos planos diretores dos municípios da RMS. A metodologia adotada consistiu, inicialmente, em uma aproximação conceitual com a temática relativa à Lei do Estatuto da Cidade, Zona Especial de Interesse Social e Política Habitacional. Posteriormente, os respectivos planos diretores foram sistematizados em quadros-síntese institucional, abrangendo os principais aspectos relacionados ao suporte dos municípios para a implementação da Política Habitacional de Interesse Social. Posteriormente, foi possível analisar, de forma comparativa, os respectivos planos diretores dos municípios da região metropolitana, registrando os avanços e entraves. Os resultados da pesquisa sinalizam a existência de paridades em relação às condições precárias de habitação. Contudo, há distinções entre os planos diretores dos municípios da Região Metropolitana de Salvador quanto a sua formulação, sendo os planos diretores de Salvador e Camaçari os que mais avançaram. Desse modo, é necessário que os municípios com planos diretores lacunosos ou de pouca preocupação social revisem seus textos legais, e ainda implementem as ações previstas, com ênfase na participação social.

**Palavras-chave:** Habitação de interesse social; Zona Especial de Interesse Social; Planos diretores.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia, professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## **Impacto dos resíduos antrópicos em espécies de lagartos em uma área de restinga do Litoral Norte da Bahia**

Jamille Ferreira Marques<sup>1</sup>  
Moacir Santos Tinoco<sup>2</sup>  
Marcelo Alves Dias<sup>3</sup>  
Ricardo Marques<sup>4</sup>

O modelo de ocupação territorial atualmente adotado no litoral norte resulta na vulnerabilidade ambiental dos ecossistemas costeiros. Entre estes ambientes a restinga, que de acordo com alguns autores, é o ecossistema de Mata Atlântica mais ameaçado do país. A restinga vem sofrendo com a degradação, fragmentação de habitats, em decorrência do crescimento demográfico e desordenado, além do descarte inadequado de resíduos antrópicos, sendo este último o foco deste estudo. Estudos com vertebrados apontam que o ecossistema de restinga é um local com alta diversidade e propício para o estabelecimento da fauna e-principalmente dentre estes podemos destacar os lagartos. A disponibilidade de microhabitats é de suma importância para o estabelecimento das populações de lagartos, que em sua maioria são heliófilos, necessitam de áreas abertas e preservadas para que suas atividades diárias como a termo regulação e forrageamento, não sejam prejudicadas. Este estudo teve como objetivo analisar os possíveis impactos dos resíduos antrópicos na composição e comportamento de lagartos. Adotamos o censo visual para a procura de interações dos lagartos com os resíduos. Foi realizado no período da manhã e à tarde entre 8 h e 12 h e 13 h e 17 h. Dividimos a área amostrada em dez quadrantes de 50x50 metros, totalizando 500 metros de percurso, durante sete dias consecutivos. A cada quadrante observamos por 20 minutos, totalizando 40 minutos de observação diária em cada. Avistamos 361 lagartos, de seis espécies e três famílias: Mabuyidae, Teiidae e Tropiduridae. Entre estes avistamentos, detectamos 12 utilizações dos resíduos antrópicos além de construções antrópicas como trilha e ponte de acesso. As espécies da família Tropiduridae apresentaram maior variedade de comportamentos e utilização dos microhabitats. Entre eles: serrapilheira, solo, tronco, herbácea, bromélia, palha, e incluindo resíduos de construção, além de fezes, papel e as

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

<sup>2</sup> Doutor em Manejo da Biodiversidade (Universidade de Kent em Canterbury, Inglaterra, Reino Unido), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Biológicas (Universidad de la Republica-Uruguay), professor da Universidade Católica do Salvador. Coorientador.

<sup>4</sup> Universidade Federal da Paraíba. Coorientador.



estruturas antrópicas: trilha e ponte. *Tropidurus hygomi* (Tropiduridae) esteve mais relacionado aos resíduos de construção (restos de concreto), apresentando comportamento de termo regulação no período mais quente do dia e no final da tarde. *Ameivula abaetensis* (Teiidae), esteve presente em quase todos os quadrantes, sempre eram avistados forrageando ativamente e percorrendo uma grande área, porém o período de atividade pareceu curto. Eram mais observados a partir das 09:30 h, em áreas abertas com solo exposto e maior incidência solar. Um exemplar foi avistado forrageando sobre os resíduos de construção. Foram encontradas diferenças e interações significativas ( $p < 0,05$ ) entre as espécies e os resíduos encontrados. Considerando o descarte irregular de resíduos em ecossistemas de restinga, faz-se necessário estudos que permitam avaliar qual o real impacto destes resíduos sobre a biodiversidade, em especial a de lagartos. Isto poderá subsidiar e propor medidas de gestão dos resíduos, minimizando assim os impactos sobre as espécies de lagartos.

**Palavras-chave:** Lagartos; Resíduos; Restinga



## **Implicações da Ação do Estado no processo de urbanização tanto da aprovação de legislação quanto da formulação de decisões judiciais nos municípios com base no Direito da Constituição Federal.**

Alessandro de Alcântara Roque<sup>1</sup>  
Nelson Baltrusis<sup>2</sup>  
Pedro de Almeida Vasconcelos<sup>3</sup>

No que toca, especificamente o processo de urbanização no Brasil, é visto que tem sido interpretado a a partir das perspectivas tanto econômica quanto financeira de estudos voltados nas área de habitação tanto urbana quanto rural . Devido à natureza elitista da ação do Estado durante o processo, tem havido uma crescente mobilização social em torno de matérias urbanas especialmente nas duas últimas décadas, o que já provocou mudanças na ordem política mais ampla, bem como algumas tentativas interessantes, embora ainda incipientes, de gestão democrática de algumas cidades.

Dadas a sua intensidade, complexidade e variedade de implantações o processo de urbanização é, sem dúvida, o fenômeno social contemporâneo mais importante no Brasil, entretanto, como tendo enfatizado o estudo da dimensão jurídica do processo de urbanização tem sido negligenciado em grande medida ( Fernandes,1995a; 1995d).

A política de desenvolvimento urbano, que não tiver como prioridade atender as necessidades essenciais da população pobre das cidades, estará em pleno conflito com as normas constitucionais norteadoras da política urbana, e com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, em especial com o princípio internacional do desenvolvimento sustentável . Acima de tudo, tais paradigmas têm expressado três enfoques conflitantes existentes no país no que toca à questão central dos direitos de propriedade, isto é, aquele determinado pelo Código Civil .

**Palavras-chave:** Habitação; Estado; Urbanização ; Fenômeno Social ; Constituição Federal.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito Bacharelado da Universidade Católica do Salvador - Bolsista da Iniciação - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP). Orientador.

<sup>3</sup> Ph.D em Geografia (University of Ottawa) e Pós-doutor (Université de Paris IV- Sorbonne), professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



## Inércia do poder público: imposto sobre grandes fortunas e concentração de renda

Eduardo Guilherme Nascimento Silva<sup>1</sup>  
André Alves Portella<sup>2</sup>

A Carta Magna brasileira concede à União a competência para a instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas, que poderá incidir sobre o patrimônio e a renda nos termos de lei complementar. O imposto não tem vigência no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista a ausência de lei complementar que o insitua. O intento deste estudo é não somente analisar as questões jurídicas sob as quais o IGF está respaldado e as quais ele produz, mas sim aprofundar uma busca no que tange às questões políticas que motivam a inércia do poder público em não instituir o imposto.

**Palavras-chave:** Parafiscalidade; Imposto sobre grandes fortunas; Política fiscal

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq.

<sup>2</sup> Doutor em Direito Financeiro e Tributário ( Universidade Complutense de Madrid), professor dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

## Inventário da herpetofauna no município de Alagoinhas, Bahia, Brasil

Larissa Souza Silva<sup>1</sup>  
Moacir Santos Tinôco<sup>2</sup>  
Ricardo Marques<sup>3</sup>

Inventários podem gerar dados importantes para futuros estudos de padrões de distribuição da diversidade entre ecossistemas, além de aplicações práticas, como monitoramento ambiental e definição de estratégias para conservação. Diferentes técnicas são empregadas para inventariar a fauna e acessar os componentes da diversidade animal em um determinado espaço e tempo. Dessa forma este projeto teve como objetivo inventariar qualitativamente os répteis e anfíbios em fragmentos de vegetação de enclaves de Cerrado. O estudo foi realizado no município de Alagoinhas (12° 8'16.73"S, 38°25'17.56"O), à aproximadamente 108 km de Salvador, com área de 752,4 km<sup>2</sup>. O clima na região é o subtropical de inverno seco com 1.280 mm de precipitação anual e temperatura média de 24°C. O município está inserido na microrregião geográfica do Litoral Norte da Bahia. As coletas foram programadas para os períodos de março e abril de 2015 e maio a junho de 2015. Distribuímos 40 armadilhas de Pitfall (baldes de 20 L, dispostos em forma de "Y" por cercas guias de tela com 100 x 40 cm) distanciadas 30 metros entre si em cada tipo de vegetação (areal e mata). Obtivemos 26 indivíduos de 16 gêneros, com maior representatividade da família Teiidae com as espécies *Kentropyx calcarata*, *Ameivula ocellifer*, *Salvator merianae*, e *Ameiva ameiva*. Outros gêneros do grupo Squamata observados na área foram *Dryadosaura nordestina*, *Iguana iguana*, *Tropidurus sp.* e *Chironius sp.* e *Brasiliscincus cf. Heathi*. Quanto ao grupo Anura, observamos três espécies de *Leptodactylus*; *L. fuscus*, *L. troglodytes* e *L. vastus*; uma espécie de *Pleurodema*; *P. diplolister* e uma espécie de *Physalaemus*; *P. cuvieri*. Houve maior ocorrência de Squamata na estação seca e em mata de borda (extremidade do fragmento florestal). Concluimos que a área comporta espécies generalistas de Squamata em maior quantidade e requer maior esforço para detecção de anfíbios e outros répteis.

**Palavras-chave:** Inventário; Herpetofauna; Cerrado

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Manejo da Biodiversidade (Universidade de Kent em Canterbury, Inglaterra, Reino Unido), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Universidade Federal da Paraíba. Coorientador.

## Lei da Boa Razão

Marivaldo Rocha de Souza<sup>1</sup>  
Maria Helena Matue Ochi Flexor<sup>2</sup>

O presente resumo além de contar com varias biografias e citações de diversas correntes doutrinarias que pesquisaram o tema, a Lei da Boa Razão, porém o objetivo principal é analisar assunto de forma critica e as mudanças ocorridas no ordenamento jurídico e territorial brasileiro a partir da reforma do Marquês de Pombal. Nesse período, no Brasil, sobretudo no Século XVIII, a sociedade, o ordenamento jurídico canônico e Ordenações Filipinas que vigorava no espaço Nacional do território brasileiro sofreram significativas alterações. É nesse sentido que o presente resumo terá o desafio de demonstrar de forma clara, objetivo e concisos quais foram essas mudanças, transformações e alterações que a reforma do Marquês de Pombal, em 18 de agosto de 1769, implantou no Brasil, enfatizando assim a Lei da Boa Razão como ponto de partida inaugurado pelo mesmo.

Antes de 1769, a aplicação da norma que vigorava no Brasil era as Ordenações Filipinas, em momento de conflito, buscavam-se resolver problemas sociais, político e econômico a referência jurídica canônica ou da lei de Portugal. Nessa época o território e o ordenamento jurídico brasileiro além de contar com uma lei frágil, por outro lado trazia insegurança para a população na medida em que havia uma discrepância na sua aplicabilidade do código de lei das Ordenações Filipinas sobre o território brasileiro.

No Século XVIII, a reforma do Marquês de Pombal em território brasileiro além de limitar os abusos cometidos pelo romanista do foro em geral; restringiu discretamente o Direito canônico a seu âmbito eclesiástico normal; veiculou a ideia de boa razão como norma do direito das gentes, ou seja, é fato que a lei da boa razão, além de inaugurar um novo paradigma, alterou significativamente o ordenamento jurídico Cristão, trouxeram assim mudanças importantes no território brasileiro, limitando assim as praticas abusivas da aplicação das normas canônicas em espaços brasileiros.

A Lei Boa Razão, além de corrigir o Direito romano na medida em que este só seria aplicado quando de acordo com boa razão, inovou profundamente o direito brasileiro e preencheu lacunas deixadas pela lei de Portugal no Brasil, ou seja, a reforma pombalina em 18 de agosto de 1769 surgiu como um regulador, um filtro a evitar abuso e

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em História Social (USP), professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



prestigiou o direito das gentes, afastando assim o direito romano das relações jurídicas brasileira.

Portanto, é inegável a contribuição da reforma Pombal do Século XVIII, para as mudanças que ocorreram em território e sistema jurídico brasileiro, seu objetivo foi estabelecer uma lei que estivesse de acordo com boa razão, ou seja, uma norma que não necessariamente dependesse da competência de uma autoridade para a sua aplicação. Buscava assim na aplicação da Boa Razão não contrariar nenhuma lei, mas quem usa da boa razão aplica bom direito. Muito pensadores trata o Marquês de Pombal como um grande político, já que nessa época tensa e agitada o mundo vivia um processo de transição, varias correntes Iluministas influenciando o mundo como todo, e que o Marquês de Pombal soube usar da Lei Boa Razão como ferramenta importante na alteração do ordenamento jurídico português, submetendo assim o Direito romano ao crive da chamada “Boa Razão”.

## **Monitoramento de *Ameivula abaetensis* em áreas prioritárias à conservação da espécie nas restingas do Litoral Norte da Bahia (Busca Vida).**

Milton Salomar Fonseca Neto<sup>1</sup>  
Moacir Santos Tinôco<sup>2</sup>  
Bruno Cardoso Dantas<sup>3</sup>

A espécie *Ameivula abaetensis* (Dias, Rocha & Vrcibradic, 2002) foi recentemente descoberta para a biodiversidade baiana. É popularmente conhecida como Calango-do-Abaeté e faz parte da família Teiidae. É endêmica do litoral norte da Bahia, bem como ao sul de Sergipe, ocorrendo apenas em dunas de restinga. Acredita-se que as subpopulações ao sul de Aracaju e até o município de Conde, na Bahia, sejam pertencentes a uma outra espécie, atualmente sob descrição. Dentre seus padrões comportamentais, observamos que os indivíduos dessa espécie possuem forrageamento ativo diurno. Sua importância ecológica em comunidades ecológicas ainda não é conhecida, existem estudos sobre sua ecologia térmica, reprodução, parasitismo, uso de habitats, dieta e repartição de recursos. O estudo realizado teve como objetivo levantar dados ecológicos gerais e de abundância da espécie em formações de dunas. O estudo foi realizado na localidade de Busca Vida, Camaçari, no litoral norte da Bahia. A área de estudo consiste em uma remanescente de restinga, em bom estado de conservação e cercada por áreas urbanizadas. Foram realizados transectos nas formações de mata de restinga e moitas arbustivas, bimensalmente, no período de 08:00 às 18:00 horas. À medida que os indivíduos da espécie eram avistados, as variáveis ambientais do local onde eles foram registrados foram anotadas e dispostas em planilha eletrônica. Foram registrados dados referentes ao horário de ocorrência do organismo no local, temperatura e umidade do ar; velocidade do vento; umidade, pH e temperatura do solo; e temperatura do substrato. Após organização dos dados na planilha, foi realizada uma análise descritiva dos dados. Foram registrados 106 exemplares da espécie. Constatou-se que o período de maior atividade da espécie acontece, entre às 09:00 e às 13:00 horas. Em relação às variáveis ambientais, verificou-se que a atividade da espécie se deu da seguinte forma: temperatura do ar em média 33°C; velocidade do vento em média 1,0 m/s; umidade do ar em média 56%; umidade do solo em média 7%; pH do solo em

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Manejo da Biodiversidade (Universidade de Kent em Canterbury, Inglaterra, Reino Unido), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Biológicas com ênfase em Meio Ambiente e Saúde pela Universidade Católica do Salvador – Coautor.



média 6,8; temperatura do solo em média 30°C; e a temperatura do substrato em média 37°C. Estas variáveis indicam as condições ambientais no momento em que os animais forrageavam. A pesquisa desenvolvida demonstrou, até o momento, sua importância na medida em que levantou dados das condições ambientais associados à espécie alvo do estudo. Entretanto, percebe-se que sua ecologia e comportamento ainda carecem de descrições detalhadas e maior esforço amostral.

**Palavras-chave:** Conservação; *Ameivula abaetensis*; Restinga.



## **Mulheres, violências e cibercultura: um estudo sobre representação, redes e linguagens.**

Mariana Risério Chaves de Menezes<sup>1</sup>  
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti<sup>2</sup>

O presente trabalho de pesquisa versa sobre as violências contra a mulher engendradas na internet. Especificamente sobre a exposição não consensual, danosa e criminosa da imagem fotográfica sexual ou de nudez que ocorre de forma majoritária e enfática contra mulheres. Dispõe da pesquisa bibliográfica com ênfase na análise do discurso.

O fenômeno do *sexting*, que designa a mensagem veiculada com teor ou imagens sensuais ou sexuais, se iniciou de uma forma espontânea, o que quer dizer que jovens enviavam tais mensagens por livre vontade, desenhando novas formas de se relacionar, onde o envio de imagens pessoais íntimas representava formas de sedução, "auto promoção" e mesmo provas de confiança no parceiro. Os jovens atuantes nesse contexto não possuem conhecimento ou demonstram não se importar com as consequências imensuráveis de um material lançado no ciberespaço.

Como era de se esperar, o alcance do envio das fotografias tomou grandes proporções e ganhou novos contornos. Uma imagem antes enviada a um destinatário passou a ser reencaminhada para um sem número de pessoas. Apesar de o viés da espontaneidade anda existir, atualmente há o conhecimento de diversos casos de exposição danosa contra mulheres, onde homens com quem as mulheres se relacionaram as expõem por mero desejo de exposição ou como vingança face ao término do relacionamento, fato que para o qual já existe denominação própria, qual seja, pornô de vingança.

O "vazamento" de fotos masculinas não ocorre com a mesma frequência e, quando ocorre, não alcança a mesma repercussão que fotografias de mulheres, o que aponta para a objetificação e sexualização do corpo feminino.

Tais fenômenos possuem relação com a exibição exacerbada da imagem na cibercultura, com a criação de "perfis" e perpetuação de estereótipos, ilustrados com imagens ideais. Por outro lado, vem à luz o quanto a sociedade está atrasada em termos

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB. E-mail: mariana.riserio@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutora em Humanidades (Universidad de Salamanca - USAL), Doutora em História (Universidad de Leon - España), professora do programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



de educação e libertação sexual, enquanto, em contra partida, são reforçadas relações de poder. Direitos fundamentais e humanos das mulheres vêm sendo ofendidos nesse contexto, bem como direito à imagem e a honra e o direito normativo existente não responde adequadamente a violências configuradas no meio cibernético.

Com a ocorrência e repercussão do fenômeno, projetos de leis, campanhas educativas voltadas para a prevenção e projetos de apoio às vítimas estão se afigurando e ganhando força. Outrossim, movimentos de mulheres dentro das redes, movimentos “ciberfeministas” estão se engajando e agindo no sentido de incentivar o acesso das mulheres no meio, empoderando as mulheres e contribuindo, por conseguinte, para que a violência seja enfrentada dentro do meio em que é propagada.

Verificou-se com a presente pesquisa que, para além da criação de marcos legais, o que é de suma importância, também pela importância simbólica, faz-se necessária uma reeducação social que humanize relações. Outrossim, a internet engendra subjetividades que ainda não foram exploradas e, da mesma forma que os movimentos feministas estiveram no compasso das conquistas histórias das mulheres, os movimentos ciberfeministas devem colocar as mulheres protagonistas no momento histórico, inserindo-as e as empoderando no meio virtual. O objeto é importante pela sua atualidade e por tocar em relações de gênero que, apesar do desenvolvimento de agendas e campanhas, ainda demonstram um longo caminho social a se percorrer.

## O trabalho por Conta Própria na Região Metropolitana de Salvador (RMS) nos anos 2000: mudanças e permanências

Anderson Silva dos Santos<sup>1</sup>  
Angela Maria Carvalho Borges<sup>2</sup>

O objetivo central desta pesquisa foi caracterizar as mudanças no perfil dos trabalhadores por Conta Própria (CP) no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, no período que compreende os anos 2003 a 2013, de forte expansão do mercado de trabalho.

A metodologia adotada incluiu a revisão bibliográfica e a pesquisa, sistematização e análise dos dados da PNAD/IBGE.

Adota-se a definição de Conta Própria do IBGE " pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não-remunerado

A literatura geralmente associa os trabalhadores por Conta Própria ao chamado mercado de trabalho informal, entretanto, vale frisar, que nem todos trabalham a margem dos registros oficiais ou obtendo rendimentos muito baixos.

Os trabalhadores por CP, que representavam em 2003, 24,8% dos ocupados da RMS, registraram um pequeno incremento negativo de 1,9%, reduzindo a sua participação para 22,9% em 2013. Ou seja, esta forma de inserção manteve a sua importância no mercado de trabalho metropolitano.

Alguns indicadores trabalhados permitem traçar um perfil desse segmento de trabalhadores; no quesito sexo, apesar do aumento de 1,1% de mulheres, os homens ainda são maioria, (57,3% em 2013). Outrossim, verifica-se o acréscimo de 3,5% de negros ( pretos e pardos) no período, os quais passaram a representar 84,4% do Conta Própria em 2013. Percebe-se também, o esvaziamento do núcleo mais jovem a constituir tal segmento, com a queda de 6,5% na participação dos s trabalhadores com idade entre 10 a 24 e alta concentração entre os trabalhadores mais experientes, notadamente os que possuíam entre 40 a 59 anos. Em 2003 eles eram responsáveis por 37,7% dos ocupados CP mas com o aumento de 9,9% passaram a representar 47,6% deste segmento em 2013.

Outro ponto importante refere-se ao aumento da escolaridade desses trabalhadores. Faz-se necessário compreender esta forma de inserção no mercado de

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais (UFBA), coordenadora do programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

trabalho comporta em seu universo indivíduos com maior qualificação, tanto profissionais liberais, consultores e profissionais contratados como PJ como trabalhadores escolarizados que não conseguindo se inserir no núcleo formal se deslocam para o trabalho CP. Nesse sentido percebe-se que, em 2013, os trabalhadores que possuíam alta escolaridade (11 a 15 anos) já eram responsáveis por 41,8% dos CP. Entretanto, os trabalhadores que possuem baixa escolaridade (1 a 10 anos) ainda eram maioria (51,8%) em 2013.

Outro aspecto relevante diz respeito ao local onde se exerce a atividade laborativa, os dados trabalhados desmistificam a concepção vulgar de que o trabalho por CP está diretamente ligado à rua, pois a parcela que exercia suas atividades em vias públicas ou na própria casa caiu de 19,8% para 14% no período estudado, enquanto aumentou, por exemplo, a proporção dos que trabalhavam em local designado pelo cliente, empregador ou freguês de 21,4% para 32,4%. A respeito da jornada de trabalho, observa-se a diminuição das jornadas mais extensas (45 a 49 ou mais), o que pode estar associado ao aumento da renda dos CP. Nesse sentido, nota-se uma maior concentração nas jornadas que compreendem 15 a 39 horas semanais, 29,4% em 2003 para 35% em 2013 e 40 a 44 horas semanais, 23,1% em 2003 para 30,5% em 2013.

Os trabalhadores por CP também apresentaram uma melhoria da remuneração: se em 2003 o seu rendimento representava 70,2% do rendimento do empregado com carteira assinada,

em 2013 ele passou a representar 79,3%, estreitando assim, a desigualdade presente nos rendimentos de tais categorias. Todavia, quando considerada a variável sexo, a disparidade continua grande. Assim, em 2003 o rendimento médio das mulheres representava apenas 62% do rendimento masculino e em 2013, apesar do aumento da remuneração feminina, as mulheres ainda ganhavam, em média, apenas 67% do rendimento dos homens.

Quanto à proteção social, constata-se que apesar das políticas de incentivo à formalização das atividades informais, a proporção de Conta Própria que contribui para a Previdência segue muito baixa (de 10,2% para 10,9%)

A análise dos dados e a pesquisa bibliográfica permitem afirmar que, o mercado de trabalho na RMS apresentou uma evolução positiva no período analisado, sendo observado o crescimento do número de ocupados, redução da taxa de desemprego, aumento da renda do trabalhador, aumento de postos de trabalho protegidos, bem como o aumento da participação de mulheres. Vale frisar que, as políticas de trabalho e renda contribuíram efetivamente para o aumento do emprego formal, do salário mínimo,



assim como na transferência de renda e essas mudanças parecem ter repercutido positivamente sobre os trabalhadores por Conta Própria.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Conta Própria; Região Metropolitana de Salvador.



## O valor da educação para as mães que são beneficiárias das políticas sociais na Região Metropolitana de Salvador/BA

Beatriz Pacheco Portela<sup>1</sup>  
Maria Cristina Gomes da Conceição<sup>2</sup>

O artigo é fruto de resultados parciais do Projeto de Pesquisa intitulado: “O lugar estratégico da família para a integração de ações e políticas de proteção e desenvolvimento social na região metropolitana de Salvador, BA”, financiado pelo CNPq e MDS, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Gomes e desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSal), para confecção desse estudo foram realizadas entrevistas com beneficiárias de diferentes políticas sociais em quatro comunidades da região metropolitana de Salvador (Salvador, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas) com o objetivo de conhecer as famílias beneficiárias das políticas sociais na região metropolitana de Salvador. O artigo trás o conceito de educação, como as políticas sociais incentivam seus usuários a manterem seus filhos estudando e a visão das mães sobre a importância da educação.

**Palavras-chave:** Educação, Políticas Sociais, Família, Região Metropolitana de Salvador.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em População e Desenvolvimento (Colegio de Mexico), professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## Observatório de Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Violência

Bianca Márcia Cerqueira Santos<sup>1</sup>  
Kátia Siqueira de Freitas<sup>2</sup>

O projeto tem como proposta fomentar uma rede voltada para a produção acadêmica, a difusão do conhecimento e formação de recursos humanos em educação, em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado, e incentivar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas da rede pública de educação básica, em especial, no campo da Educação para a diversidade, educação em direitos humanos, cidadania e violência no ambiente escolar. Com isso auxiliamos pesquisadores e mestrandos: pesquisas bibliográficas, sites, entrevistas nas escolas da rede pública, palestras sobre Observatório e os trabalhos dos pesquisadores e mestrandos uma pesquisa sobre a representação social da comunidade escolar (estudantes, professores e gestores) sobre direitos humanos, cidadania e violência no ambiente escolar em escolas da microrregião de Salvador, tendo em vista a proposição de medidas de gestão para os processos educacionais e formação de professores da rede de educação média e ensino superior.

**Palavras-chave:** Educação; Representações Sociais; Difusão do conhecimento.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Administração da Educação - Educational Administration (The Pennsylvania State University), professora do Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## Observatório de Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Violência

Lorena Carvalho Silva<sup>1</sup>  
Kátia Siqueira de Freitas<sup>2</sup>

O projeto tem como proposta fomentar uma rede voltada para a produção acadêmica, a difusão do conhecimento e formação de recursos humanos em educação, em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado, e incentivar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas da rede pública de educação básica, em especial, no campo da Educação para a diversidade, educação em direitos humanos, cidadania e violência no ambiente escolar. Com isso auxiliamos pesquisadores e mestrandos: pesquisas bibliográficas, sites, entrevistas nas escolas da rede pública, palestras sobre Observatório e os trabalhos dos pesquisadores e mestrandos uma pesquisa sobre a representação social da comunidade escolar (estudantes, professores e gestores) sobre direitos humanos, cidadania e violência no ambiente escolar em escolas da microrregião de Salvador, tendo em vista a proposição de medidas de gestão para os processos educacionais e formação de professores da rede de educação média e ensino superior.

**Palavras-chave:** Educação; Violência; Representações Sociais; Difusão do conhecimento.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Administração da Educação - Educational Administration (The Pennsylvania State University), professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## Ocorrência de *Mesoclemmys tuberculata* (Luderwald, 1926) para a Região Metropolitana de Salvador.

Marcele Farias do Valle<sup>1</sup>  
Moacir Santos Tinôco<sup>2</sup>  
Ricardo Marques<sup>3</sup>

Considerados grandes componentes das redes tróficas dos rios, os quelônios desempenham funções vitais na dinâmica dos rios, como fluxo de energia, dispersão da vegetação ripária, ciclagem de nutrientes, manutenção da qualidade da água e são importantes no controle de vetores de doenças tropicais. A história natural das espécies brasileiras de cágados é bastante conhecida na Bacia Amazônica, sendo ainda incipiente no leste do Brasil, onde a maior parte das informações sobre esses animais se limita a registros pontuais de ocorrência. Essa ausência de conhecimento dificulta as perspectivas mais amplas sobre vários aspectos ecológicos e evolutivos importantes em planos de conservação e manejo para esse grupo. A grande extensão geográfica e degradação dos biomas no nordeste do Brasil fazem com que o preenchimento de lacunas sobre dados ambientais e biológicos a cerca dos quelônios da região, sejam importantes para a caracterização do estado desses animais. O presente estudo teve como objetivo identificar e registrar os locais de ocorrência da espécie *Mesoclemmys tuberculata* (Chelidae) na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. A espécie é distribuída principalmente no nordeste do Brasil, habitando a bacia do Rio São Francisco e seus afluentes. Registrada principalmente na Caatinga, incluindo o extremo norte de Minas Gerais e em algumas localidades na Mata Atlântica e Cerrado. Fizemos amostragens em campo e registramos os locais de ocorrência da espécie na Região Metropolitana de Salvador. No município de Salvador, registramos no Parque Metropolitano de Pituaçu (12°57'22.93"S 38°24'59.84"O), onde avistamos e capturamos quatro indivíduos; Bacia do rio Jaguaribe, bairro de Piatã (12°57'39.11"S 38°23'49.86"O) onde avistamos e capturamos seis indivíduos com coleta de tecido para banco de tecido. No município de Mata de São João, registramos três exemplares na lagoa Timeantube Praia do Forte (12°34'29.93"S 38°00'37.61"O). No município de Conde, Fazenda Milagres em Barra do Itariri (11°56'56.73"S 37°37'17.70"O),

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

<sup>2</sup> Doutor em Manejo da Biodiversidade (Universidade de Kent em Canterbury, Inglaterra, Reino Unido), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Universidade Federal da Paraíba. Coorientador.



registramos cinco espécimes. O estudo contou com um total de 18 exemplares e busca contribuir com dados referentes a espécie *M. tuberculata* e colaborar para o aumento do conhecimento da distribuição na região nordeste do Brasil, principalmente no bioma da Mata Atlântica, sendo essenciais para que possa ser estabelecido ações conservacionistas para a espécie e estimular e consolidar de forma efetiva o desenvolvimento de linhas de pesquisa com quelônios de água-doce no Estado.

**Palavras-chave:** Distribuição; *Mesoclemmys tuberculata*; Bahia.



## Panorama da araneofauna de áreas prioritárias para a conservação no Estado da Bahia

Marcos Vinícius Almeida Lopes<sup>1</sup>

Marcelo Cesar Lima Peres<sup>2</sup>

Tércio da Silva Melo<sup>3</sup>

O Brasil possui umas das maiores megadiversidades do planeta, porém a mesma esta ameaçada devido à intensa atividade antrópica que os biomas Brasileiros vêm sofrendo. Assim, a identificação de áreas prioritárias é o primeiro passo para a elaboração de uma estratégia para a conservação da diversidade biológica permitindo promover esforços e recursos disponíveis para conservação, auxiliando na elaboração de políticas públicas de ordenamento territorial. Por este motivo, destaca-se a importância de se inventariar áreas remanescentes, avaliando a possibilidade de proteção e manejo da biodiversidade e indicando a conservação daqueles de maior valor biológico. Destacamos a ordem Araneae (aranhas), pois ela constitui um dos maiores e mais diversificados grupos de animais, contribuindo tanto para o conhecimento básico dos ecossistemas, quanto para o monitoramento e planejamento de programas de conservação. Dessa forma, este estudo teve como objetivo criar o banco de dados de referencia a Araneofauna do Estado da Bahia do Centro de Ecologia e Conservação Ambiental (ECO). Foram levantados os dados da Araneofauna do Estado da Bahia na base de dados da coleção Aracnológica de referência do Centro ECOA da Universidade Católica do Salvador, sendo que o centro dispõe de dados coletados em 19 áreas prioritárias para a conservação que foram obtidos durante diversos projetos vinculados ao Centro, entre 2000 e 2013. Posteriormente estes dados foram sistematizados e informatizados em matrizes na plataforma MS-Excel. Foram identificados 503 espécies de aranhas distribuídas em 237 gêneros e 57 famílias. As famílias mais ricas foram a Salticidae (82 espécies), Theridiidae (62) e Araneidae (60). Este trabalho disponibiliza informações de 13 anos de amostragem do Centro ECOA, contribuindo assim para a consolidação de um banco de dados da araneofauna do Estado da Bahia e subsidiando futuros trabalho de conservação.

**Palavras-chave:** Conservação; Aranhas; Inventário.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Ecologia (UFBA), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

<sup>3</sup> Mestre em Ecologia e Biomonitoramento (UFBA). Colaborador do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA/ICB/UCSal. Coorientador.



## Política infanto-juvenil no Município de Salvador

Gabrielle da Cruz Rodrigues <sup>1</sup>  
Maria de Fatima Pessoa Lepikson <sup>2</sup>

A pesquisa Política Infanto-juvenil no Município de Salvador tem como objeto a política infanto-juvenil no município de Salvador e como objetivo conhecer os programas de atendimento implementados pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza de Salvador, relacionando-os com os regimes de atendimento estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Devido às dificuldades que ocorreram no decorrer da pesquisa, entre elas o acesso aos órgãos municipais responsáveis pela política infanto-juvenil, no que diz respeito à disponibilização de materiais para pesquisa, optou-se pela pesquisa eletrônica no site oficial da Fundação Cidade Mãe, entidade vinculada à Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza de Salvador, que atua na efetivação dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social e pessoal. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa. Diante do que foi pesquisado constatou-se que o município de Salvador atua junto às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de ações e programas gerenciados pela Fundação Cidade Mãe. A mesma disponibiliza programas voltados para diferentes situações de vulnerabilidade a que são submetidas crianças e adolescentes de Salvador. São programas de proteção básica, proteção especial e programas e projetos especiais, todos esses são subdivididos em unidades espalhadas por vários bairros de Salvador. Para realização de atividades essas unidades contam com órgãos parceiros que atuam como retaguarda dos programas ou que disponibilizam espaços para realização de atividades.

**Palavras-chave:** Política infanto-juvenil; direitos; vulnerabilidade social.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UFBA), coordenadora e professora do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## **Ponderações a Despeito da Regularização Fundiária e o Instrumento da Usucapião no Município de Itaparica-Ba**

Dayanne Almeida de Jesus<sup>1</sup>

Nelson Baltrusis<sup>2</sup>

Pedro de Almeida Vasconcelos<sup>3</sup>

Facilmente pode-se concluir que as tentativas de solucionar ou amenizar a situação fundiária de moradias no Estado da Bahia passa por significativas dificuldades, quais sejam: de gestão, falta de regulação da política e definição de procedimentos entre os atores envolvidos. São inúmeros os problemas enfrentados, sobretudo nas localidades mais pobres onde a demanda não é apenas por moradias adequadas, mas também por equipamentos sociais que atendam as necessidades da população, é com base neste contexto que a pesquisa objetiva fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento das políticas de regularização fundiária no município de Itaparica, bem como a utilização da usucapião, instrumento de alta relevância e contribuições significativas na promoção da mesma. O município possui pouco mais de 20.000 habitantes, é uma região pobre, com índices de desigualdade social relevantes. A metodologia para o desenvolvimento do trabalho se dá em três fases. Na primeira realizou-se leitura e revisão de literatura referente ao tema levantado. Na segunda fase será realizada uma pesquisa de campo, por derradeiro a agregação de dados coletados durante a pesquisa de campo ao trabalho teórico.

**Palavras-chave:** Habitação; Itaparica; Regularização Fundiária; Usucapião.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP). Orientador.

<sup>3</sup> Ph.D em Geografia (University of Ottawa) e Pós-doutor (Université de Paris IV - Sorbonne), professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



## **Produção de bases cartográficas para implementação de áreas operacionais para segurança pública em Lauro de Freitas-BA**

Yuri Barros Barbosa <sup>1</sup>  
Silvana Sá de Carvalho<sup>2</sup>

A presente pesquisa é uma vertente do projeto GEODATASEG - Infraestrutura de Base de Dados Espaciais para Planejamento Operacional de Segurança Pública no Estado da Bahia, com o foco na cidade de Lauro de Freitas. O objetivo específico é criar bases de dados espaciais os quais ofereçam condições para a implementação de áreas operacionais, sobre uma plataforma bases georeferenciadas que possam ser facilmente alimentadas pelos boletins de ocorrência, tornando-as referência no lançamento, controle e monitoramento de delitos.

Para o desenvolvimento do projeto foi necessário um levantamento bibliográfico acerca de segurança pública e geotecnologias; uma formação em tecnologia de Geoprocessamento (ArcGIS); a criação de uma metodologia para definir as áreas operacionais, reuniões com Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM)

de Lauro de Freitas; produção e atualização de mapas de análise e de síntese com as informações geográficas organizadas e coletadas e produção de artigos e relatórios sobre a pesquisa efetuada para divulgação e síntese da mesma. Como resultado de 12(doze) meses de pesquisa vários mapas foram criados: Mapa da Área Verde ; Mapa de Infraestrutura, mostrando a localização de escolas, hospitais, bancos, bombeiros, batalhões e presídios; Mapa do Sistema Viário, evidenciando rodovias municipais e estaduais que passam por Lauro de Freitas; Mapa de Tipo de Solo e o mais importante, o Mapa das Áreas Operacionais, o qual foi uma junção do mapa da proposta da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/Seplan) dos bairros de Lauro de Freitas com o mapa de logradouros resultando num mapa mais uniforme e coerente, alcançando plenamente os objetivos requisitados no plano de projeto.

**Palavras-chave:** Segurança pública; Análise de dados; Geoprocessamento.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Graduação em Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB. e-mail: yuri\_barbosa@outlook.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Geografia (UFSE), professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL. Orientadora.



## Programa “Salvador Vai de Bike” - contribuições para a mobilidade urbana.

Priscila Lima Medeiros<sup>1</sup>  
Silvana Sá de Carvalho<sup>2</sup>

Salvador é a sétima cidade mais populosa da América Latina, a sexta maior do país e a segunda com maiores índices de engarrafamento. O tempo que os soteropolitanos gastam com as viagens, assim como o número de pessoas que levam mais de uma hora para se deslocar para o trabalho aumentou 9% entre o período de 1992 e 2012 (IPEA 2012). A Política Nacional de Mobilidade Urbana objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município. Pensando nisso foi desenvolvido e lançado em setembro de 2012, o programa “Salvador Vai de Bike” que busca incentivar o uso da bicicleta na capital, visando melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida da cidade. Faz parte do projeto a ampliação e requalificação de estruturas cicloviárias, políticas públicas, conscientização e educação pró-*bike*. O programa estreou com a pretensão de disponibilizar 400 bicicletas distribuídas entre 40 estações, além da construção de 350 quilômetros de ciclofaixa até o fim de 2016. Em pesquisa com alunos da Universidade Católica do Salvador (cento e noventa alunos do Campus Pituaçu) a maioria afirmou que não adotaria a bicicleta como modal ainda que para a realização do trajeto casa-universidade e que isso independe da distância e em alguns casos da falta de segurança. A aplicação do questionário trouxe a informação que estes consideram como meio transporte ideal o transporte público coletivo, sendo enfatizado o metrô, seguido do transporte privado motorizado (carro, moto...). Diante disso, muitas vezes justificado como uma questão cultural, a população soteropolitana ainda encontra na bicicleta um meio de transporte unicamente para lazer, tomando-se cuidado para que tal justificativa não se torne uma transposição de responsabilidade por parte dos órgãos responsáveis. Nota-se que a presença desse tipo de projeto na cidade é um avanço e que a ampliação deste fundamental para uma melhor qualidade de vida da população de Salvador.

**Palavras-chave:** Mobilidade urbana; Bicicleta; Salvador.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Engenharia Civil da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – CNPq. Email: medeirsp@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Geografia (UFSE), professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL. Orientadora.



## **Projeto Avaliar CAPS Nordeste Centros de Atenção Psicossocial do Estado da Bahia: precariedade dos vínculos empregatícios**

Juliana Costa dos Santos<sup>1</sup>  
Ana Maria Fernandes Pitta<sup>2</sup>

O projeto AVALIAR CAPS NORDESTE consiste em um estudo multicêntrico de avaliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de cinco Estados da Região Nordeste do Brasil (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba), considerando esses serviços como estratégicos no processo de consolidação da reforma psiquiátrica. Trata-se de uma pesquisa avaliativa para melhor conhecer as características dos CAPS, como se dá a gestão e a assistência, seu perfil de oferta de serviços e de demanda dos usuários, principais tendências, alcances e limites, visando aprofundar o conhecimento e percepção sobre o cuidado à saúde e explicar as causas dos fenômenos encontrados, na perspectiva dos gestores, trabalhadores e os usuários/familiares. Os CAPS surgiram na década de 80, desse modo, com a recente política desses serviços surge a importância de conhecer os tipos de vínculos por categorias de profissionais nessas unidades e como eles determinam as práticas de cuidados.

As relações de emprego dependem do reconhecimento do vínculo empregatício, para o qual é necessário atentar para a atividade econômica, serviço prestado, habitualidade, subordinação, pessoalidade e salário. Para a efetivação do vínculo empregatício é necessário a presença da figura do empregador – que pode ser representado por uma pessoa física ou jurídica - e a do empregado, que é representado por uma pessoa física. A precarização do vínculo de emprego é um processo de eliminação dos direitos trabalhistas e de segurança no trabalho ao longo do século XX.

O objetivo deste estudo na iniciação científica é analisar as formas de vínculos empregatícios dos trabalhadores dos CAPS do estado da Bahia e discutir a determinação sobre as práticas de cuidados. Trata-se de uma abordagem quantitativa, sendo utilizados os dados secundários do projeto AVALIAR CAPS NORDESTE, iniciado no ano de 2012, no estado da Bahia. As variáveis utilizadas foram tipos de CAPS, categoria profissional e tipo de vínculo empregatício. Foi utilizado o software SPSS como auxílio

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB. e-mail: [juli-bio@hotmail.com](mailto:juli-bio@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Medicina Preventiva, (FMUSP), professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, coordenadora técnica do Projeto AVALIAR CAPS NORDESTE. Orientadora.



para leitura e análise dos dados coletados. Os resultados encontrados denotam que a maior parte dos vínculos empregatícios, dos CAPS da Bahia, em relação ao nível de formação do trabalhador, categoria profissional e por tipo de CAPS são através de contrato emergencial e/ou temporário. Conclui-se que é necessário que os profissionais que atuem nessas unidades, de Atenção Psicossocial, possuam um tipo de vínculo que garanta sua proteção social, seus direitos trabalhistas e sua estabilidade no emprego e com base em todos os dados apresentados é necessário entender que na esfera pública, regida pelo regime estatutário, assegurado pela Constituição de 1988, o problema da precarização dos vínculos trabalhistas não deveria ser uma preocupação.

**Palavras-chave:** Centro de Atenção Psicossocial. Trabalho. Vínculo Empregatício Precário.



## **Relações acadêmico-pedagógicas no contexto das políticas do PROUNI: configurações, limites e possibilidades.**

Graziele Costa Gonçalves<sup>1</sup>

Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza<sup>2</sup>

O presente trabalho resulta de um projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC). Tem como objetivos conhecer e analisar as novas configurações e concepções sobre as relações acadêmico-pedagógicas no contexto das políticas de inclusão do PROUNI; compreender os desdobramentos dessas políticas sobre as relações e práticas dos sujeitos professores e estudantes universitários, buscando identificar e discutir seus limites e suas possibilidades em relação às políticas de inclusão. A pesquisa focará como estas relações tem se constituído, se destituído e se reconstituído frente ao novo perfil sociocultural dos estudantes integrantes do PROUNI no Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas especificamente nos cursos de Licenciatura em Matemática, bacharelado em Engenharia Civil e Ciências da Computação, realizada em uma universidade privada comunitária no período entre 2014 e início de 2015. Este projeto de pesquisa se torna relevante, visto que a discussão sobre a inclusão nas IES é uma via para compreender a prática docente e discente e seus significados educativos, políticos e sociais. É também a abertura de novos horizontes para promover a reflexão sobre os desafios postos pelas políticas de educação inclusiva com reflexos na prática pedagógica, nas relações docentes e discentes. Pode ainda, se apresentar como uma saída para pensar uma prática pedagógica que não aniquile a autonomia dos estudantes e professores como sujeitos de relações.

**Palavras-chave:** políticas de inclusão; ProUni; relações acadêmico-pedagógicas

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Matemática da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Educação (Universidade de Lisboa), professora da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## **Representação social sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas em Salvador na visão de gestores, professores e alunos.**

Vanessa Irra de Aquino Araújo<sup>1</sup>  
Kátia Siqueira de Freitas<sup>2</sup>

O presente resumo visa explanar as atividades desenvolvidas durante a participação no Programa de iniciação científica, junto ao grupo de pesquisa de Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS), que tem como pressuposto inicial o estímulo à produção acadêmica e incentivo à articulação entre a pós-graduação e as escolas da rede pública de educação básica. Deste modo, uma das principais atividades desenvolvidas baseou-se na identificação dos elementos constantes na comunidade escolar, que teve como objetivo a avaliação da qualidade da educação e dos direitos humanos e da cidadania em escolas públicas selecionadas em Salvador. A interação com os mestrandos e pesquisadores do GAPPS fomentaram a ampliação das habilidades de pesquisa, possibilitando uma melhor compreensão neste aspecto.

As reuniões de grupo se destacaram como imprescindíveis para o planejamento de atividades de estudo e pesquisa, bem como a leitura de autores de que tratam sobre o tema em questão, tais como: Anísio Teixeira onde se fez a análise de suas obras consagradas do ponto de vista filosófico, histórico e político e sua contribuição para a Educação, como “Educação não é privilégio” e “Educação e o Mundo Moderno” entre outras; e Hannah Arendt onde se fez presente a discussão a respeito da educação como forma de transformação social. Tais revisões de literatura tiveram como objetivo: a) estimular a capacidade de análise e síntese, b) participar e auxiliar na pesquisa dos observatórios existentes; c) desenvolver técnicas de elaboração de questionários de pesquisa virtuais; d) participar da análise de políticas vigentes tais como: o Plano Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e algumas resoluções do Conselho Nacional de Educação. Desse modo, tivemos a possibilidade acompanhar o percurso e a avaliação dessas políticas dentro da educação básica e através do engajamento nas atividades de pesquisa foi possível entender como o cotidiano escolar sob a ótica de gestores, professores e estudantes.

Para tanto, foram utilizados como instrumentos de análise os Projetos Políticos

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Administração da Educação - Educational Administration (The Pennsylvania State University), Professora do Programa Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

Pedagógicos, currículos escolares e entrevistas. As atividades mencionadas propiciaram o desenvolvimento de habilidades básicas em pesquisa e de redação, bem como a capacidade de fazer levantamento bibliográfico de diversos autores. Tal proposta metodológica de trabalho possibilitou compreender os objetivos e questões levantadas durante o processo de pesquisa e foram de fundamental importância para o caracterizar as habilidades iniciais de pesquisador, na perspectiva da avaliação dos mecanismos societários de atenção aos direitos sociais sobre a educação de qualidade, sobretudo a partir do diálogo com os membros do grupo de pesquisa. Contudo, compreende-se que os objetivos e questões levantadas durante o processo de pesquisa foram de fundamental importância para o caracterizar as habilidades iniciais de pesquisador.

**Palavras-chave:** Educação; Direitos Humanos; Cidadania.

## **Restauração da coleção didática de invertebrados da Universidade Católica do Salvador, Bahia**

Felipe da Câmara Pachêco Ajame<sup>1</sup>  
Marcelo Cesar Lima Peres<sup>2</sup>

As coleções didáticas são excelentes ferramentas de aprendizado, exclusivas para o ensino, demonstrações e treinamentos, portanto esse material está em constante manuseio, sendo danificado e destruído com frequência, necessitando de uma manutenção adequada e periódica para assegurar uma melhor condição à coleção, pois as coleções didáticas são objeto de renovação permanente. Este trabalho objetivou restaurar a coleção didática dos invertebrados da Universidade Católica do Salvador. Foi realizado nos laboratórios de Zoologia no período decorrente de Agosto de 2014 a Julho de 2015. Houve um inventário quantitativo e qualitativo, desprezando os espécimes que não tinham as condições adequadas para o ensino, os exemplares foram separados por filo, sendo organizados separadamente os animais dos filos Porífera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Sipuncula, Annelida e Echinodermata no laboratório de Zoologia II e o filo Arthropoda no laboratório de Zoologia III, identificados através de marcações nos frascos e destinados cada grupo para seu objetivo, seja para aulas práticas, para exposições, treinamentos ou workshops. O material presente nesta coleção é proveniente de doações oficiais efetuadas por instituições privadas como a Lacerta Ambiental, grupos de pesquisas vinculadas a universidade como o Centro de Ecologia e Conservação Ambiental (ECOA) e o Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia (NIEZ), além de coletas realizadas pelas disciplinas envolvidas. A presente coleção, depois da revitalização, consta com 2163 espécimes, separados em 9 filos (Porífera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Sipuncula, Annelida, Arthropoda e Echinodermata), 23 classes e 48 ordens, sendo a ordem mais expressiva a Isoptera com 428 indivíduos. A importância de uma coleção em uma universidade de referência é de grande relevância, principalmente para o desenvolvimento do aluno de ciências biológicas, pois o contato com esse material desperta o interesse, tornando o aprendizado muito mais efetivo. Este trabalho também foi um passo fundamental para a legalização da coleção da Universidade Católica do

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB

<sup>2</sup> Doutor em Ecologia (UFBA), coordenador do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA), professor dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.



Salvador pelo Ministério do Meio Ambiente, pois atende aos pré-requisitos da Instrução Normativa Nº 160, de 27 de abril de 2007. A necessidade de um curador para manter a coleção em constante renovação seria uma medida para aumentar a eficiência da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Coleções; Aulas práticas; Aprendizagem.

## Violação de direitos da criança e do adolescente

Nana Cunegundes Goiana<sup>1</sup>  
Maria de Fátima Pessoa Lepikson<sup>2</sup>

O presente trabalho tem por objeto a atuação e atribuições do Conselho Tutelar, e como objetivo abordar a temática da violação de direitos da criança e do adolescente no âmbito familiar. Teve como unidade de análise o Conselho Tutelar IX, este se destacou pelo grande número de violação. Identificou-se no decorrer da pesquisa que a Negligência, a Violência Sexual e Física com o maior número de ocorrências. Esse estudo contribuiu para situar a prática da violação sofrida pela criança e o adolescente, praticado por aqueles que deveriam garantir absoluta prioridade, a família. Os dados obtidos no decorrer da pesquisa foram discutidos a luz de estudos e pesquisas na literatura especializada desta temática, o que permitiu efetivar uma análise das informações apreendidas mediante a realização de entrevista semiestruturada. A entrevista permitiu conhecer as ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar e, os encaminhamentos dados para cada tipo de violação de direito, mostrando as medidas protetivas tomadas em defesa da criança e do adolescente. Ao final dessa pesquisa foi possível conhecer as situações de violação de direitos no âmbito da família, extrapolando os propósitos da pesquisa, foi possível identificar alguns pontos relevantes como as dificuldades existentes no atendimento da instituição, Conselho Tutelar, no que diz respeito à falta de estrutura, que prejudica o atendimento a população, e a falta de mais Conselhos por bairro, o que acaba sobrecarregando ainda mais os já existentes.

**Palavras-chave:** Conselho tutelar; Criança e adolescente; Violação.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UFBA), coordenadora e professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



## **Violência contra a mulher: padrões de seleção no sistema de justiça criminal**

Bianca Santos Souza<sup>1</sup>  
Márcia Esteves de Calazans<sup>2</sup>

O presente artigo compreende o estudo do fluxo do sistema de justiça criminal, o qual está sendo desenvolvido no bojo da pesquisa “Organização Social do Território: Homicídios de Jovens Negros em Salvador” coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Marcia Esteves de Calazans junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, buscando analisar, por vias de fontes secundárias, o fluxo da Justiça Criminal em Salvador, no que tange ao crime de lesão corporal cometido contra as mulheres, avaliando as principais características e as etapas do processo judicial.

O estudo do fluxo da Justiça Criminal é um poderoso instrumento de reflexão sobre acesso à Justiça e é ainda pouco explorado no Brasil. Entende-se por fluxo a trajetória de personagens nas diversas etapas do processamento criminal. A análise do tempo dos sistemas de justiça é importante porque esse fenômeno é parte integrante do exercício e da garantia dos direitos, além de ser um indicador da capacidade das organizações que compõem o Sistema de implementar a própria ideia de justiça.

A fundamentação teórica desse trabalho se baseia em estudos sobre acesso à justiça sob a perspectiva de gênero, além de reflexões sobre a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Quanto ao método empregado, analisaram-se Autos de Prisão em Flagrante (APF) de lesões corporais registrados na Delegacia de Defesa da Mulher (DEAM) de Salvador, no primeiro semestre de 2011, verificando assim os seus desdobramentos (denúncia, sentença e arquivamento) no fluxo procedimental da justiça.

Constatamos com a análise de dados que a Vara de Violência Doméstica possui baixo porcentual de resolução dos casos, além de ter as persecuções em andamento mais distante da conclusão. O tempo transcorrido entre o flagrante e a denúncia, na Vara de Violência, nas persecuções concluídas, foi de 168 dias, e de apenas 8 dias somadas todas as demais fases processuais, o que indica que as poucas persecuções concluídas, na Vara de Violência Doméstica, o são ou por arquivamento do inquérito ou pela retratação judicial da vítima, posterior ao oferecimento, mas anterior ao

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Bolsista de Iniciação Científica – CNPQ.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Sociologia (USP), Doutora em Sociologia (UFBA), professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



recebimento da denúncia, por aplicação do art. 16 da Lei Maria da Penha. Pretende-se dá continuidade a análise dos dados referentes ao delito de lesão corporal do triênio 2011-2013, com o escopo de observar detalhes do fluxo real da tramitação processual nas persecuções penais iniciadas em prisões em flagrante, permitindo assim análises cada vez mais precisas e aprofundadas sobre os problemas da Vara de Violência Doméstica e familiar contra a mulher de Salvador.

**Palavras-chave:** Violência de gênero; Fluxo; Justiça criminal; Lesão corporal.



## Vulnerabilidades, desigualdade social e violência doméstica

Isis Santos de Santana Souza<sup>1</sup>  
Maria Cristina Gomes da Conceição<sup>2</sup>

Este trabalho objetiva compreender a estrutura das famílias em condições de pobreza e vulnerabilidades a partir dos fatores econômicos e sociais que configuram essas fragilidades, com ênfase na violência familiar. Para isso, foram entrevistadas um total de 100 mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família e de outros programas sociais da cidade de Salvador e região metropolitana, onde foram selecionadas 03 dessas entrevistas para análise e construção do artigo.

As entrevistas relatadas ao longo do presente trabalho fazem parte do Projeto de Pesquisa intitulado: “O lugar estratégico da família para a integração de ações e políticas de proteção e desenvolvimento social na região metropolitana de Salvador, BA”, financiado pelo CNPq e MDS desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Através de pesquisa qualitativa, o presente artigo traz um estudo sobre o papel desenvolvido pelas mulheres como figura central da família, bem como das mudanças observadas nas famílias beneficiárias de programas sociais. Para que esse trabalho pudesse ser elaborado, foram levadas em conta as respostas das entrevistadas vítimas de violência doméstica sobre seu papel enquanto mulher, como deveria ser um relacionamento, bem como dos seus relatos enquanto vítimas. Enquanto beneficiárias, duas possuíam o Bolsa Família, enquanto a outra o Minha Casa, Minha Vida.

Nota-se através dessa pesquisa que a violência doméstica, levando em conta os papéis de gênero, trata-se da violência cometida para expressar a relação de controle e domínio da figura masculina sobre a mulher. No entanto, ainda existem muitos limites no quesito violência doméstica, sendo que talvez o principal deles seja a falta de maturidade da sociedade como um todo para enfrentar este problema. As leis devem garantir a integridade de quem está sofrendo a violência e todos precisam entender que nenhum motivo deve ser aceito para justificar uma agressão.

A estrutura familiar num contexto de vulnerabilidades, bem como da desigualdade de gênero permeada pela violência doméstica são inerentes a um modelo econômico

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador - Bolsista do Programa de Iniciação Científica - FAPESB

<sup>2</sup> Doutora em População e Desenvolvimento (Colegio de Mexico), professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



excludente e patriarcal. Novas oportunidades que tragam emancipação financeira e possibilidades de decisão para a mulher são fundamentais para reverter realidades baseadas na violência e no domínio da figura masculina e opressora. O Programa Bolsa Família articulado com outros programas sociais, torna-se um exemplo dessas oportunidades na medida em que indiretamente é responsável pela diminuição das desigualdades nas relações familiares.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidades; Programas Sociais; Violência doméstica.